

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
TRABALHO DE GRADUAÇÃO INDIVIDUAL**

THAIS RODRIGUES BUENO DA SILVA

A violência e a especulação imobiliária na produção de territórios-reserva: um estudo de caso sobre a Cracolândia paulistana

Versão Corrigida

**SÃO PAULO
2020**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
TRABALHO DE GRADUAÇÃO INDIVIDUAL**

THAIS RODRIGUES BUENO DA SILVA

A violência e a especulação imobiliária na produção de territórios-reserva: um estudo de caso sobre a Cracolândia paulistana

Versão Corrigida

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao curso de graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. César Ricardo Simoni Santos

**SÃO PAULO
2020**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B928v Bueno da Silva, Thais Rodrigues
A violência e a especulação imobiliária na produção
de territórios-reserva: um estudo de caso sobre a
Cracolândia paulistana / Thais Rodrigues Bueno da
Silva ; orientador César Ricardo Simoni Santos. -
São Paulo, 2020.
62 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de
Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Territórios-reserva. 2. São Paulo. 3. Produção
do espaço. 4. APVP. 5. Violência. I. Santos, César
Ricardo Simoni, orient. II. Título.

SILVA, THAIS R. BUENO. **A violência e a especulação imobiliária na produção de territórios-reserva: um estudo de caso sobre a Cracolândia paulistana.** Trabalho Individual de Graduação apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

ERRATA

Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
-------	-------	------------	---------

SILVA, THAIS R. BUENO. A violência e a especulação imobiliária na produção de territórios-reserva: um estudo de caso sobre a Cracolândia paulistana. Trabalho Individual de Graduação apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição:_____

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr. _____ Instituição:_____

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr. _____ Instituição:_____

Julgamento:_____ Assinatura:_____

*A Filipe Varea Leme e Denys Henrique Quirino da Silva
Duas pessoas que se foram muito jovens e que
carregavam consigo anseios e alegrias
típicos à juventude de sua geração*

Filipe e Denys presentes! Hoje e sempre!

Agradecimentos

À minha família. Meus pais, Cristina Rodrigues e Marcelo Bueno, pelo amor infinito, paciência e cuidado comigo nesses meus 23 anos de vida. Ao meu irmão Caio Bueno, pelo companheirismo e senso de humor. À minha avó, Alice de Castro, por transmitir força a todas as mulheres da nossa família.

Ao meu companheiro de vida, Bruno Mahiques, pelo amor, carinho, colo, escuta e mil e um diálogos que desenvolvemos ao longo de nossa trajetória juntos, desde 2015.

Aos meus amigos geógrafos pelos sorrisos nos momentos alegres e abraços apertados nos momentos tristes. Especialmente, Rafaela Marques, Isadora Maria Jambas, Gabrielle Ribeiro, Cecília Novaes, Amanda Lejanoski, João Lucas Melo, Bianca Maria, Edgar Lopes, Edmundo Lourenço e Nara Sane.

A todos os meus pares do Juntos e do PSOL por dividirem os sonhos de um mundo melhor comigo e provarem pela prática que nada é impossível de se realizar e conquistar na e pela política. Em especial, Gabriela Ferro, Diogo Dias, Julia Machini, Guilherme Fregonese, Eduardo Carniel, Gabriela Schmidt, Ágatha Avino, Pedro Emílio, Natália Peccin, João Filho, Uriel Piffer, Pedro Enrico, Clara Baeder e Luana Alves.

Aos orientadores que me introduziram e conduziram na geografia e no universo da pesquisa, Isabel Aparecida Pinto Alvarez, César Ricardo Simoni Santos, Marcelo Batista Nery e Lígia Vizeu Barrozo.

A todos os meus colegas do NEV USP, em especial à Beatriz Oliveira de Carvalho pela cumplicidade e André Oliveira por seu infinito conhecimento em geoprocessamento.

Por fim, mas não menos importante, à educação pública por abrir e seguir abrindo meu leque de possibilidades na vida, com destaque para Escola de Aplicação, onde passei 11 anos da minha vida como estudante e à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Ao CNPq (processo: 44282/2016-0) e à FAPESP (processo 2019/03398-1) pela concessão de bolsas de pesquisa que me permitiram desenvolver este trabalho de conclusão de curso.

Da perspectiva da ‘força subversiva demonstrada pelas lições da história e da luta de classes’, a potência ilusória de um mundo acabado, ordenado e regrado se desfaz; reconhece-se o mito que o envolve e o seu atraso diante do possível.

Amélia Luisa Damiani – A propósito do espaço e do urbano: algumas hipóteses

Resumo

SILVA, THAIS R. BUENO. A violência e a especulação imobiliária na produção de territórios-reserva: um estudo de caso sobre a Cracolândia paulistana. Trabalho Individual de Graduação apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Os territórios-reserva são um conceito criado por Rosa Tello Robira para tratar de regiões continuamente desvalorizadas e localizadas nos grandes centros urbanos. A desvalorização ocorre pelo fato destes territórios se encontrarem obsoletos para os atuais ciclos de valorização capitalista e a inversão desse cenário se dá quando há intervenções urbanas, sobretudo estatais, que revalorizem essas localidades economicamente, tornando-as úteis para os ciclos futuros de produção capitalista. Diante disso, este trabalho de graduação individual foi elaborado com objetivo de investigar se a região de São Paulo conhecida popularmente como Cracolândia pode vir a ser classificada como território-reserva, com base na análise cartográfica e descritiva dos dados de mortalidade pelo indicador de Anos Potenciais de Vida Perdidos (APVPs), da Secretaria de Saúde Pública (SMS-SP), junto aos registros de lançamentos imobiliários em São Paulo feitos pela Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio (EMBRAESP) – ambas informações entre os anos de 2006 e 2017.

Palavras-chave: territórios-reserva; São Paulo; produção do espaço; APVP; mortalidade; Cracolândia.

Abstract

SILVA, THAIS R. BUENO. **Violence and property speculation in the production of reserves-territories: a case study in São Paulo's Cracolândia.** Individual Undergraduate Work present to the Faculty of Philosophy, Languages and Human Sciences at University of São Paulo to obtain the title of Bachelor in Geography.

The reserved-territories are a concept created by Rosa Tello Robira to deal with regions continually devalued and located in large urban centers. The devaluation occurs because these territories are obsolete for the current cycles of capitalist valorization and the reversion of this scenario occurs when there are urban interventions, especially state-owned ones, that revalue these locations economically, making them useful for future cycles of capitalist production. Therefore, this Individual Graduation Work was designed to the purpose to investigate whether the region of São Paulo popularly known as Cracolândia could be classified as a reserve-territory, based on the cartographic and descriptive analysis of mortality data by the indicator of Years of Potential Life Lost of the Public Health Department together with records of real estate launches in São Paulo, made by the Brazilian Heritage Studies Company – both information between the years 2006 and 2017.

Key-words: reserve-territories; São Paulo; production of space; YPLL; mortality; Cracolândia.

Listas de imagens

Número	Título	Página
Imagen 1	Fotografia da Avenida Paulista em 1902	02
Imagen 2	Fotografia da Avenida Paulista em 1983	02
Imagen 3	Fotografia atual de vagão do século XX da EFS	13
Imagen 4	Manchete El País de 19 jan. 2017	45
Imagen 5	Manchete G1 de 30 abr. 2019	45
Imagen 6	Manchete Agência Brasil de 15 jan. 2020	45
Imagen 7	Manchete Folha de São Paulo de 05 fev. 2020	45

Lista de Mapas

Número	Título	Página
Mapa 1	Principais rodovias de SP construídas, no século XX	05
Mapa 2	Parte do entorno da estação Brás em SP em 2002	14
Mapa 3	Parte do entorno da estação Brás em SP em 2019	14
Mapa 4	Média dos APVPs por homicídios em SP, entre 2006 e 2014	24
Mapa 5	Área de estudo no município de São Paulo	25
Mapa 6	Distritos Administrativos de estudo em São Paulo	25
Mapa 7	Perímetro da Operação Urbana Nova Luz	28
Mapa 8	Localização da Cracolândia e da Operação Urbana Nova Luz, entre a década de 1990 e 2005	30
Mapa 9	Localização da Cracolândia e da Operação Urbana Nova Luz, entre 2005 e 2012	30
Mapa 10	Localização da Cracolândia e da Operação Urbana Nova Luz, a partir de 2012	30
Mapa 11	APVPs, lançamentos imobiliários e a localização da Cracolândia paulistana em 2006	32
Mapa 12	APVPs, lançamentos imobiliários e a localização da Cracolândia paulistana em 2007	32
Mapa 13	APVPs, lançamentos imobiliários e a localização da Cracolândia paulistana em 2008	32
Mapa 14	APVPs, lançamentos imobiliários e a localização da Cracolândia paulistana em 2009	32
Mapa 15	APVPs, lançamentos imobiliários e a localização da Cracolândia paulistana em 2010	32
Mapa 16	APVPs, lançamentos imobiliários e a localização da Cracolândia paulistana em 2011	32
Mapa 17	APVPs, lançamentos imobiliários e a localização da Cracolândia paulistana em 2012	32

Número	Título	Página
Mapa 18	APVPs, lançamentos imobiliários e a localização da Cracolândia paulistana em 2013	32
Mapa 19	APVPs, lançamentos imobiliários e a localização da Cracolândia paulistana em 2014	32
Mapa 20	APVPs, lançamentos imobiliários e a localização da Cracolândia paulistana em 2015	32
Mapa 21	APVPs, lançamentos imobiliários e a localização da Cracolândia paulistana em 2016	32
Mapa 22	APVPs, lançamentos imobiliários e a localização da Cracolândia paulistana em 2017	32
Mapa 23	APVPs por homicídio em São Paulo em 2006	42
Mapa 24	APVPs por homicídio em São Paulo em 2007	42
Mapa 25	APVPs por homicídio em São Paulo em 2008	42
Mapa 26	APVPs por homicídio em São Paulo em 2009	42
Mapa 27	APVPs por homicídio em São Paulo em 2010	43
Mapa 28	APVPs por homicídio em São Paulo em 2011	43
Mapa 29	APVPs por homicídio em São Paulo em 2012	43
Mapa 30	APVPs por homicídio em São Paulo em 2013	43
Mapa 31	APVPs por homicídio em São Paulo em 2014	43

Listas de abreviaturas e siglas

APVP	Anos potenciais de vida perdidos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
EFS	Estradas de Ferro Sorocabana
EMBRAESP	Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SSP	Secretaria de Segurança Pública
SUS	Sistema Único de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NEREUS	Núcleo de Economia Regional e Urbana da USP
NEV	Núcleo de Estudos da Violência da USP
PRO-AIM	Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade
TGI	Trabalho de Graduação Individual
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1: Mobilizando reservas territoriais	7
Capítulo 2: Produzindo reservas espaciais	16
Capítulo 3: Considerações sobre os dados de mortalidade e uma possível relação com as reservas territoriais	21
3.1. O Universo dos dados	21
3.2. A área de estudo	23
Capítulo 4: Uma reserva territorial no centro de São Paulo?	26
4.1. A mobilidade da Cracolândia na hipótese da elaboração de territórios-reserva	26
4.2. A mobilidade dos APVPs nas imediações da Cracolândia	32
Capítulo 5: Considerações finais	34
Referências Bibliográficas	37
Bibliografia citada	37
Bibliografia consultada	39
Anexos	42
I. Cartografia-resultado da Iniciação Científica de SILVA, 2017.	42
II. Manchetes que exemplificam a violência presente nas intervenções realizadas na Cracolândia	44
III. Método da coleta e consolidação dos dados usados nos mapas 11 a 22 da pesquisa	45

Introdução

Do rigor na ciência

... Naquele Império, a Arte da Cartografia alcançou tal Perfeição que o mapa de uma única Província ocupava toda uma Cidade, e o mapa do império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas Desmesurados não foram satisfatórios e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império, que tinha o tamanho do Império e coincidia pontualmente com ele. Menos Afeitas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes entenderam que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedade o entregaram às Inclemências do Sol e dos Invernos. Nos desertos do Oeste perduram despedaçadas Ruínas do Mapa, habitadas por Animais e por Mendigos; em todo o País não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas.

(Suárez Miranda: *Viajes de varones Prudentes*, livro quarto, cap. XIV, Lérida, 1658.).¹

Ao longo da História, foram diversas as maneiras que a humanidade encontrou para representar o espaço. Cartas, mapas, textos descritivos, pinturas, fotografias, índices e indicadores são algumas das formas possíveis de serem usadas para exposição de elementos do espaço. Elementos, apenas, pois é impossível representar todo o espaço, conforme exemplo da curta anedota “Do rigor na ciência” (BORGES, 1982). Na cartografia, em especial, a representação costuma estar associada à simbolização de figuras reais; podendo abranger uma ampla gama de temas recorrentes no e do espaço, como é o caso de um mapa geomorfológico, representando as formações rochosas no Brasil, ou ainda, indicadores de renda média por família ou expectativa de vida da população paulistana. A representação cartográfica funciona a partir da depreensão de características espaciais reais e sua respectiva transformação em uma forma simplificada do que a vista na realidade. Não se trata, portanto, de uma imagem da totalidade, mas de registro de parte dela.

A dimensão geográfica da realidade, por sua vez, está em constante mudança. Isto pode ser percebido tanto no plano da prática cotidiana, quanto por meio das suas múltiplas representações construídas no decorrer do tempo. Por exemplo, ao se

¹ BORGES, Jorge Luís, “Sobre o Rigor na Ciência”, in História Universal da Infâmia, trad. de José Bento, Assírio e Alvim, 1982, 117.

colocar uma foto da Avenida Paulista no início do século XX (Imagem 1) junto a uma foto mais de oito décadas depois (Imagem 2), pode-se constatar que a primeira imagem ou representação não é mais compatível com a realidade representada na segunda, de 1983. Nesse sentido, a análise de uma representação, por si só, descontextualizada, oferece um registro de uma parte da realidade em formato imutável, sem pistas de seu passado ou possível futuro. Esse raciocínio se aplica às formas de representação geográficas mencionadas no primeiro parágrafo. Um mapa ou indicador descontextualizado no espaço-tempo é tão inútil quanto um mapa na escala 1:1. Isto, pois mais importante do que analisar a realidade pronta e estática de uma representação, seria analisar o processo que a fez chegar a tal materialidade no tempo-espacó. Entender a historicidade de algo é o que vai permitir se chegar ao conteúdo real dos símbolos e ir além da aparência da realidade figurada.



Imagem 1: Avenida Paulista em 1902/ Acervo Estadão



Imagem 2: Avenida Paulista em 1983/ Acervo Estadão

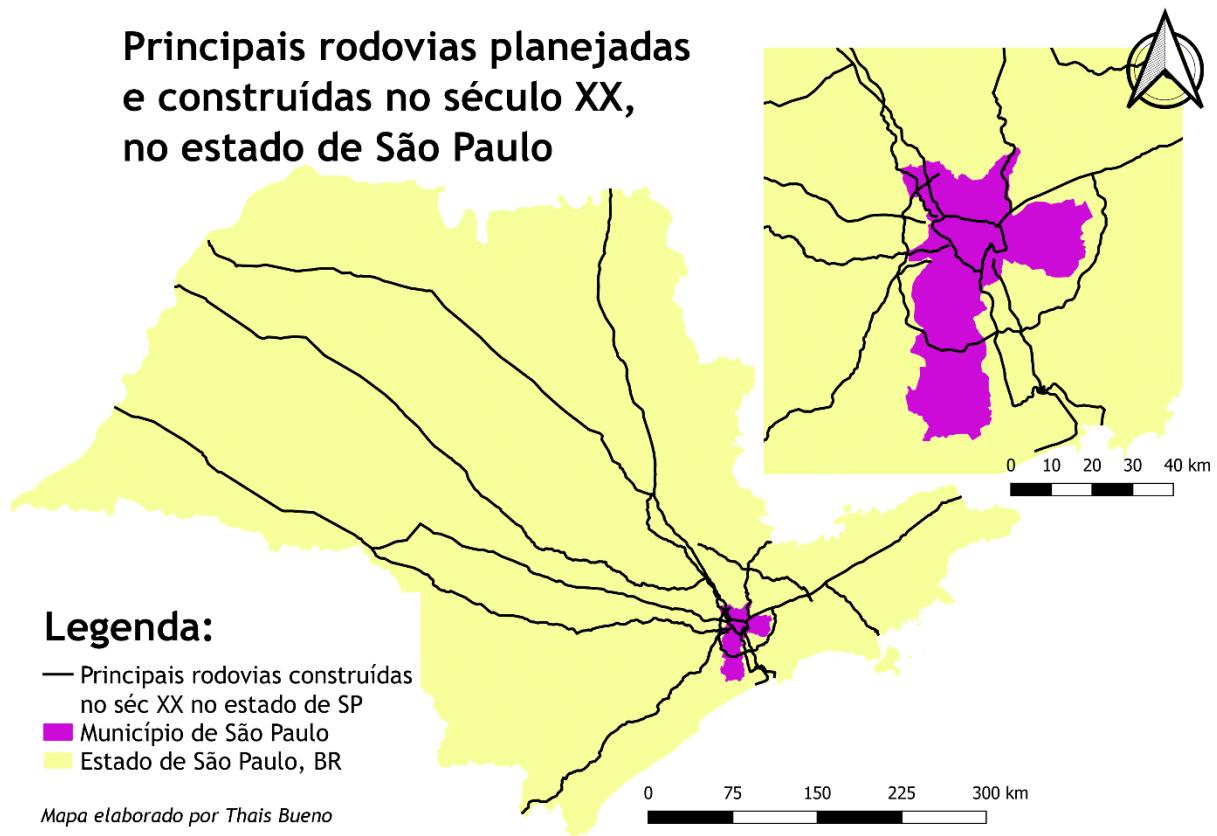
As representações são importantes na medida que configuram aspectos de uma realidade, mas não são suficientes quando descontextualizadas, pois, dessa forma, podem acabar por distorcer os símbolos retratados e, assim, prejudicar a análise de seu conteúdo, também na realidade. Este anseio de ultrapassar a aparência e se chegar à essência (à historicidade) das coisas no campo do conhecimento geográfico significou uma mudança nas lentes dos geógrafos para exame da realidade. Os óculos aqui aparecem como metáfora de método de investigação na geografia e a mudança mencionada expõe a incorporação da análise social de conteúdos que não se revelam imediatamente no plano do visível, ou são dificilmente cartografados ou, ainda, dificilmente expressos em sua complexidade por relações numéricas (DAMIANI, 2004). Essa mudança ocorreu consoante ao desenvolvimento da sociedade moderna e seus movimentos preliminares consistiram em análises de processos econômicos e sociais enquanto espaciais e de processos espaciais enquanto influentes em aspectos imateriais das sociedades (DAMIANI, 2004). Quando se parte dessa perspectiva na geografia para analisar um espaço, mais importante do que compreender sua aparência atual é compreender o processo que a forjou àquela forma. No entanto, como essa análise se desenvolveria no caso de um espaço que tende ao esvaziamento? Um espaço com cada vez menos traços de historicidade aparentes? Qual processo de formação espacial estaria por trás de um local que tende a se esvair? Esse espaço e suas condições espaciais seriam fruto da natureza, de um erro ou parte de um planejamento?

Seguindo a lógica de raciocínio apresentada, para responder a essas questões, deve-se situar a discussão no espaço-tempo, a fim de começar a buscar depreender o processo histórico de formação dos espaços indicados. Pois bem, é no contexto do modo de produção capitalista que as perguntas estão sendo feitas, bem como serão respondidas, e é no centro das cidades que se localizam os espaços referidos nas questões. Espaços se esvaziando nos centros urbanos não costumam ser a regra nas grandes cidades, visto que, habitualmente, os centros são disputados espacialmente por atuarem “(...) como focos de subordinação territorial, como os espaços a partir dos quais se inicia o processo de acumulação metropolitana, porque sua alta acessibilidade, sua concentração de atividades altamente produtivas, de gestão ou de decisão lhe dão um alto valor de troca, que anula absolutamente seu valor de uso” (ROBIRA, 2018, p. 16).

O norte do capitalismo está em realizar a mais-valia produzida, ou seja, em produzir cada vez mais mercadorias novas e com valor agregado, garantindo que estas voltem como lucro para as mãos de quem investiu na sua produção (SANTOS, 2006). Para isso, o espaço das cidades, dos municípios, dos estados e até dos países é produzido e reproduzido com objetivo de permitir a circulação e realização do capital sem impedimentos (SANTOS, 2006). São diversos os exemplos de produção do espaço com objetivo de não prejudicar, mas, sim, facilitar as taxas de retorno dos investimentos capitalistas. O caso de São Paulo no século XX² pode ser visto como análogo a essa situação, já que neste período parte dos territórios do estado e da cidade passaram por inúmeras mudanças, reflexo do desenvolvimento de novas tecnologias nas áreas de comunicação, transportes, etc. Foi nesse impulso que rodovias foram planejadas e construídas no estado paulista, de forma a centralizar sua capital, abastecendo suas indústrias com matérias-primas do interior e, também, escoando seus produtos industriais para os mais diversos mercados nacionais e internacionais (TAVARES, 2015) (Mapa 1). Neste cenário, as novas vias facilitaram a circulação de capital ao longo do ciclo produtivo. Esse movimento de reordenação do espaço não se restringiu ao nível estadual, na medida que mudanças significativas também ocorreram concomitantemente e internamente ao município de São Paulo:

As megaestruturas que caracterizam as intervenções urbanas ao longo do século XX, como a construção de grandes avenidas, complexos viários, túneis, metrôs e vias de comunicação e circulação de dados (infovias) transformam o espaço no sentido de produzir uma infra-estrutura de monta que suporta, a cada novo passo, o aumento da velocidade das transações e deslocamentos necessários à realização local do valor (SANTOS, 2006, p. 103).

² “As transformações no âmbito da produção (tecnificação, gerência, logística) devem ser seguidas de perto por uma cambiante geografia urbana e regional que dê suporte aos novos padrões de acumulação. A industrialização brasileira demonstra bem essa relação. A ‘opção’ por São Paulo, como o ‘pólo dinâmico’ dessa nova fase da economia brasileira, teve íntimas ligações, segundo Milton Santos, com a infra-estrutura herdada do período do café (SANTOS, 2006). A rede de transportes e comunicação produzida segundo os elevados padrões da economia primário-exportadora desse período serviu como o apanágio de um território que daria a infra-estrutura necessária para a circulação capitalista segundo aqueles níveis de exigência de nossa primeira fase industrial. O espaço urbano e intra-regional amparava os padrões demandados pela industrialização substitutiva a partir da oferta de um suporte suficiente para a circulação dos valores produzidos. A produção e realização do valor, a partir da produção de mercadorias, implicam, no modo de produção capitalista, numa correlata produção do espaço, e vice-versa” (SANTOS, 2006, p. 107-108).



Mapa 1: Conjunto das principais rodovias do Estado de São Paulo planejadas e construídas, no século XX, no estado de São Paulo. Fonte das informações: Malha do município de São Paulo – Geosampa; Malha do estado de São Paulo – NEREUS USP; Rodovias – TAVARES, 2015, p. 105.

Nesse sentido, chega a ser paradoxal a existência de lugares que tendem ao esvaziamento em áreas disputadas e valorizadas economicamente, como são os centros das cidades. Para explicar o esvaziamento contínuo desses lugares, Rosa Tello Robira aponta o fato desses conterem características não-capitalistas, o que os desvaloriza e restringe as possibilidades de participação desses lugares nos ciclos capitalistas. Com base nessa ideia, Robira dialoga com David Harvey, no sentido de mostrar o quanto a estruturação de localidades com essas características é importante para realização do capital: “[...] para que o sistema [capitalista] perdure, os territórios não capitalistas devem permanecer (pela força, se necessário) nesta situação não capitalista” (HARVEY *apud* ROBIRA, 2018, p. 09). Logo, por mais que lugares em esvaziamento nos centros urbanos pareçam acidentes decorrentes de acasos da natureza ou falhas no planejamento, em verdade, sua existência pode ser planejada e se torna fundamental aos ciclos de valorização futura do capital. Robira vai além e nomeia essa modalidade de espaço como território-reserva e é justamente com objetivo de investigar a possibilidade desse tipo de território existir na cidade de São

Paulo que esta pesquisa foi realizada, tendo sua análise desenvolvida, mais especificamente, a partir do estudo de caso da região da Cracolândia, no centro do município de São Paulo.

Dessa forma, a partir deste objeto de estudo, bem como deste objetivo, este trabalho foi estruturado em 5 capítulos, para além da introdução. No primeiro são apresentados conceitos fundamentais para compreensão e definição dos territórios-reservas, de Rosa Tello Robira. No segundo, os territórios-reserva são explorados de modo a discutir as causas e consequências de sua produção dentro do capitalismo; isso, junto à exposição do ator central que coordena a realização desses processos. No capítulo 3, é feita uma breve consideração acerca de como dados de mortalidade podem ser usados com intuito de revelar possíveis reservas territoriais no tempo-espacô dos centros urbanos, partindo da premissa de Robira de que a violência é uma característica inerente à historicidade dos territórios-reserva. No capítulo 4, dando prosseguimento ao aumento da escala de análise, é a partir daqui que o objeto de estudo em questão ganha contornos mais fortes ao se examinar a Cracolândia paulistana, no sentido de questionar se sua trajetória no tempo-espacô é compatível aos processos e definições expostos nos capítulos anteriores - mais gerais, acerca dos territórios-reserva. Por fim, nas considerações finais ou capítulo 5, são apresentadas algumas possíveis considerações acerca da investigação apresentada ao longo deste trabalho.

Capítulo 1: Mobilizando reservas territoriais

No capitalismo, o espaço urbano é “produto, meio e condição da atividade humana” (CARLOS, 2001 apud SANTOS, 2006). Isto significa que o espaço é necessário para o desenvolvimento das atividades humanas, tal qual este espaço também é produzido e reproduzido por essas mesmas atividades. A possibilidade da produção de territórios-reserva poder ter ocorrido de maneira “não-acidental”, nos permite elaborar uma outra explicação sobre sua origem, a de que estes espaços em esvaziamento podem ter sido premeditados, sendo frutos de um planejamento do espaço. Hipótese endossada por Amélia Damiani, quando esta afirma que uma das possibilidades de produção desses lugares pode ocorrer de acordo com estratégias menos ou mais coordenadas de acumulação de capital. Um planejamento que inclui em seus planos a “estruturação” de espaços em estado de esvaziamento (DAMIANI, 2004). Dito isso, com a mentalidade capitalista, cabe nos perguntarmos: em qual situação ou contexto um espaço se esvaindo nos centros urbanos seria benéfica ao ciclo de valorização do capital?

A partir do caminho indicado por essa nova questão, uma das possibilidades é caminharmos em direção ao conceito de *território-reserva*, elaborado pela espanhola Rosa Tello Robira. O nome dado ao conceito nos ajuda em sua definição, pois o termo reserva, indica que esses territórios não estavam sendo usados, mas, por algum motivo, sua utilização tornou-se necessária. Relacionando a crua semântica do conceito aos escritos de Robira, o processo do qual os territórios-reserva estariam de fora (ou pelo menos não sendo explorados em todas as suas potencialidades), seria o da acumulação capitalista; e a necessidade que reativaria esses territórios, que os traria à tona, seria a superação de alguma crise de sobreacumulação capitalista (ROBIRA, 2018): uma necessidade de reinvestimento de uma parcela do capital que por razões diversas não encontra oportunidades de investimentos lucrativos nos mesmo ambientes institucionais, setoriais ou locacionais nos quais foram produzidos.

Idealmente, cada um desses ciclos capitalistas deve sempre ocorrer de forma ampliada em relação ao anterior (SANTOS, 2006). Isso é importante porque deixa sinais sobre como será a relação entre capital e espaço, pois para que a acumulação

de capital esteja constantemente em linha ascendente, as estruturas reprodutivas existentes precisam dar conta de cada vez maiores montantes de capitais investidos na produção e isso demanda a produção e reprodução do espaço também de maneira ampliada (SANTOS, 2006). E são sob essas circunstâncias teóricas que vamos investigar os territórios-reserva; segundo Santos (2006):

O capital é o movimento que resulta em seu próprio processo de valorização. Portanto, a cada novo ciclo da acumulação capitalista, o capital se reproduz ao se conservar e se ampliar simultaneamente. Esse é o estímulo incessante dos investimentos correntes. (...) A realização desse “valor” como capital, ou a realização da mais-valia propriamente dita, se dá no momento da circulação capitalista, com a transformação sucessiva desse capital em suas diversas formas, até se obter o retorno (lucrativo) do investimento inicial. Ou seja, o dinheiro que se investe num empreendimento produtivo e lucrativo deve se transformar em máquinas, força de trabalho, instalações fabris, matéria-prima etc. Estes, por sua vez, articulados no processo de produção, devem produzir uma mercadoria nova e com valor agregado pelo dispêndio de trabalho humano necessário a essa nova transformação do capital – momento no qual se produz efetivamente a mais-valia. Por último, (...) essa mercadoria deverá novamente se transformar em dinheiro para o capitalista no ato da troca – momento em que se efetiva o retorno lucrativo do investimento e, portanto, a realização da mais-valia. A partir daqui um novo ciclo de valorização deverá se iniciar a fim de que aqueles valores permaneçam existindo em sua forma capitalista. (...). Uma nova rodada de investimentos, agora com um montante de capital ainda maior, deverá ser suportada pelas estruturas reprodutivas vigentes; ou seja, os níveis de demanda agregada, a velocidade do giro e as possibilidades físicas para os novos investimentos devem sugerir patamares satisfatórios de lucratividade. É preciso conseguir transformar mais capital para que todo ele seja absorvido sob as formas correntes de investimento (SANTOS, 2006, pág. 105-106)

Neste momento, parece oportuno juntar algumas peças apresentadas nos últimos parágrafos com objetivo de nos aprofundarmos na discussão. Os territórios-reserva existem em meio ao modo de produção capitalista, logo, essa existência é concomitante aos ciclos de valorização do capital. Teoricamente, os ciclos se dão de forma ampliada em relação aos seus anteriores e para que isso seja possível, o espaço é concebido, moldado e planejado de maneira a facilitar a circulação de capital nas mais diferentes formas, seja em dinheiro, força de trabalho, mercadoria, etc., e garantir lucro no final do ciclo para aqueles que investiram na produção. No âmbito das ideias, parece um plano perfeito, no entanto, a prática se mostra diferente. Quando todo o valor empregado na produção não se realiza por inteiro ao final do

ciclo capitalista, sobram excedentes, ou seja, o ciclo não se completa perfeitamente. Uma das possibilidades de resolução desse problema é aplicar os excedentes em outros investimentos lucrativos; caso dê certo, problema resolvido; caso contrário, estará iniciada uma nova crise de acumulação:

Sumariamente, o que define uma crise de sobreacumulação na economia capitalista se remete a uma situação em que um excedente de capital aparece e (a isso se deve sua condição de “excedente”) não encontra formas e meios lucrativos de investimento; ou seja, se permanecer nessa condição, esse excedente gerado encontrará lugar somente fora dos circuitos de valorização e tendo, dessa forma, negada sua existência enquanto capital, será desvalorizado (SANTOS, 2006, p. 104-105).

É a partir das crises de sobreacumulação que podemos encaixar os territórios-reserva na economia e na geografia capitalistas. As crises de acumulação são correspondentes ao que chamamos anteriormente daquelas situações responsáveis por ativar o uso dos territórios-reserva, estocados nos centros urbanos. É em meio aos territórios metropolitanos que Rosa Tello Robira supõe a necessidade de se “manter no seu interior territórios (...) que, na forma de ‘reservas’, tenham a função de resolver de maneira eficaz as sucessivas crises de expansão/acumulação do próprio sistema territorial metropolitano” (ROBIRA, 2018, p. 10).

No plano ideal, a equação do ciclo capitalista não possui brechas para desvalorização. Por isso, quando, na prática, o capital se desvaloriza, teoricamente significa que o ciclo de produção seguinte deve ser alterado em uma ou algumas partes para que, idealmente, volte a ter apenas um resultado possível: a combinação de lucro e nenhum excedente. A maneira de se visualizar essas alterações estruturantes da circulação capitalista também pode se dar por meio de mudanças no espaço. Visto que, a configuração espacial que permitiu a produção de capital desvalorizado não serve mais ao capitalismo, tornou-se obsoleta e, por conta disso, precisa ser alterada no intuito de realizar novos ciclos produtivos com lucro e exterminando os excedentes dos processos anteriores³. Pois bem, essa mudança

³ “A impossibilidade de se absorver lucrativamente esses excedentes, em inversões correntes numa economia determinada, sugere, portanto - para que não se perca capital novo e, assim, não se comprometa os mecanismos de acumulação e valorização capitalistas -, uma reestruturação generalizada dos processos de circulação e realização da mais-valia gerada. Uma nova condição em que se absorva lucrativamente esses capitais deve ser rapidamente produzida e, para isso, uma série de mudanças estruturais ocorrerão” (SANTOS, 2006, p. 104-105).

espacial pode vir a incorporar no ciclo produtivo os territórios-reserva porque estes abrigam elementos e características que podem consumir os indesejados excedentes e auxiliar na realização de novos ciclos ampliados do capital. Isto pode ocorrer de “n” maneiras: usando a população dos territórios-reserva como consumidora dos excedentes; usando as ruas dessa região para circulação mais rápida de capital em forma de mercadorias; etc. Diversos atributos dos território-reservas, sejam físicos ou imateriais (DAMIANI, 2004), podem ser favoráveis de diferentes formas à acumulação, a princípio.

Quanto às crises de acumulação, essas não podem ser simplesmente evitadas, em decorrência do caráter ampliado de cada novo ciclo de produção capitalista. A ampliação é necessária para geração de lucros cada vez maiores. Nas palavras de Amélia Luisa Damiani, “as crises são inerentes a esta economia, são internas a elas. Não definem um estado de exceção, mas as determinações de uma economia contraditória” (DAMIANI, 2004, p. 89). Uma economia que está em constante expansão num espaço limitado. Assim, a cada crise, uma reestruturação espacial é realizada a fim de que o ciclo de produção que perpassa esse espaço seja mais lucrativo. No entanto, se considerarmos que as crises não representam momentos de exceção no capitalismo, significa que os momentos de reestruturação espacial são a regra nas cidades.

David Harvey contribui com essa discussão ao discorrer sobre os mecanismos de reprodução próprios ao capitalismo, no livro “O novo imperialismo” (2014). Na análise do autor, as saídas possíveis às crises de sobreacumulação no espaço podem se dar por dois caminhos: a expansão ou a reordenação interna do espaço de realização do ciclo produtivo. Ao forçar a realização de ciclos cada vez mais ampliados, o capital demanda cada vez mais produção de espaços com intuito de incorporá-los às futuras rodadas de produção. Essas novas rodadas, por sua vez, podem conduzir à incorporação de novos territórios até então externos aos novos ciclos de acumulação; ou, também, conduzir àquilo que o autor chamou de nova ordenação/reordenação espacial, denominada por Harvey como teoria da “ordenação espacial” (HARVEY, 2014, p. 78). A reordenação ocorre quando a expansão encontra algum limite para avançar (ROBIRA, 2018); mesmo assim, ambos podem ocorrer concomitantemente e de maneira combinada (SANTOS, 2006) em processos em

diferentes escalas, pra além de acarretarem em mudanças no e do tempo-espac⁴ de circulação do capital. Porém, é importante destacar que a “expansão”, propriamente dita, refere-se a um movimento de produção de novos espaços para envolvê-los na geração de mais lucro; enquanto a “reordenação” diz respeito à reorganização dos espaços já internos ao ciclo, aqueles já incluídos na produção. Na interpretação de Harvey, feita por Santos:

(...) a tendência expansionista, que deriva diretamente dos mecanismos que levam à sobreacumulação no modo de produção capitalista, conduz também ao que ele mesmo chama de uma ordenação (ou reordenação) espaço-temporal do capitalismo. Isso quer dizer que o capital, quando estimulado pelas forças internas a se expandir, pode tanto buscar novos espaços de acumulação – produzir espaços de acumulação em novos lugares a partir de uma lógica expansionista – quanto voltar-se para a reprodução de uma nova ordenação espacial do lugar em que teve sua origem. Isso implica dizer que as forças internas ao capital que estimulam o expansionismo capitalista também estimulam a reordenação geográfica dos capitais em regiões já anteriormente voltadas à reprodução capitalista. Um novo ciclo de expansão das forças produtivas exige, por assim dizer, uma nova estrutura espacial reproduutora dos mecanismos de acumulação em sua mais nova fase (SANTOS, 2006, p. 103-104).

Os territórios-reserva estão conectados ao segundo processo citado, de reordenação espacial. Conforme mencionado anteriormente, o espaço é produto, meio e condição da atividade humana (CARLOS, 2001 apud SANTOS, 2006) e, no caso das cidades, a produção do espaço se dá constantemente com propósito de realizar novos ciclos de acumulação cada vez mais amplos. O fato é que no período contemporâneo, de financeirização do capital⁵, o espaço na cidade deixa de ser simplesmente o meio para realização do ciclo produtivo e se torna, ele mesmo, objeto de valorização e desvalorização, em outras palavras, o espaço se torna também uma mercadoria (SANTOS, 2006). Essa mudança não ocorreu de uma vez, mas vem se mostrando enquanto uma tendência devido à progressiva capitalização do espaço, ou

⁴ “Se se deve evitar a desvalorização, é imperativo descobrir maneiras lucrativas de absorver os excedentes de capital. A expansão geográfica e a reorganização espacial proporcionam tal opção. Não é, contudo, possível divorciar essa opção de mudanças temporais em que o capital excedente é deslocado para projetos de longo prazo que precisam de muitos anos para desenvolver seu valor à circulação mediante a atividade produtiva que sustentam” (HARVEY, 2014, p. 78).

⁵ “A economia urbana é essencialmente financeira, o que significa: complexidade de distribuição de riqueza produzida; riqueza real e fictícia em presença; o Estado e as finanças públicas como equilibradores; monopolização do capital; economia crítica” (DAMIANI, 2004, p. 89);

progressiva colonização do espaço pelas cidades - pela imposição do modo de organização do e no tempo-espacó das cidades a outras localidades (ROBIRA, 2018).

A maneira encontrada para que os ciclos de valorização do capital se dessem de forma “incessante” está relacionada ao estimulante resultado do ciclo produtivo, no qual o capital “se reproduz ao se conservar e se ampliar simultaneamente” (SANTOS, 2006, p. 105). Ao confrontar esse estímulo ao fato do espaço ter se tornado também uma mercadoria, chegamos ao ponto no qual o espaço pode ser valorizado ou desvalorizado. A determinação a respeito deste valor se dará conforme diferentes elementos de cada localidade se mostrarem rentáveis aos ciclos do capital. “A cidade como negócio superou a condição de cidade como lugar do negócio” (SANTOS, 2006, p. 111). A princípio, quase instintivamente, acredita-se que quanto maior o valor de um lugar, mais este irá atrair negócios referentes ao ciclo do capital; isto ocasionará no aumento da valorização deste local, responsável por atrair mais investimentos e assim por diante. A valorização é tida como positiva, enquanto o oposto, a desvalorização, seria algo a ser evitado, dado que esta refere-se a uma organização de elementos num tempo-espacó que não é mais tão atrativo ao ciclo capitalista, em comparação a outras áreas mais valorizadas.

No entanto, não é porque determinadas localidades não são mais úteis ao ciclo de valorização capitalista atual que elas necessariamente irão “desaparecer”. Na verdade, os elementos dos espaços considerados obsoletos podem deixar indícios de sua existência - vide exemplo da imagem 4 de um dos antigos vagões de trens da Estrada de Ferro Sorocabana do século XX (STEFANI, 2007) que se tornou ultrapassado como meio de transporte em decorrência de novas tecnologias na área e, hoje, é usado em festas noturnas na região da Mooca, em São Paulo.

O vivido e a história são as resistências, as derivas. Na varredura que a produção do espaço capitalista define, há sobras, sedimentos: culturais; civilizatórios; próprios de uma economia contraditória; do corpo individual e social, expropriado e explorado, que se põe (DAMIANI, 2004, p. 89).

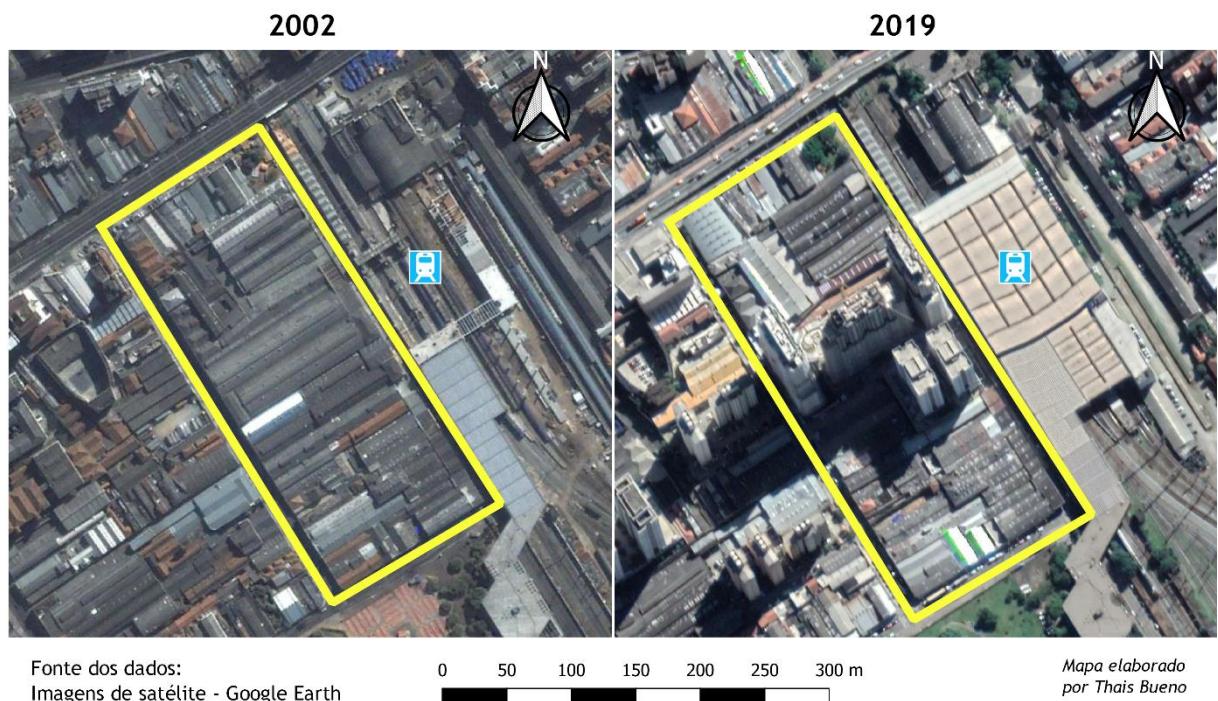


Imagen 3: Antigo vagão da companhia Estrada de Ferro Sorocabana, do século XX, usado em um espaço de eventos no bairro da Mooca, SP. Fonte: Reprodução/Flashbang - Facebook.

A desvalorização espacial passou a servir ao capital no decorrer do tempo “como um mecanismo de produção de uma ‘reserva territorial’ de acumulação primitiva do espaço” (SANTOS, 2006, p. 113). São esses espaços desvalorizados e esvaziados nos centros urbanos nos quais poderá se dar a “ordenação/reordenação espacial”, mencionada por Harvey (2014), com objetivo de tornar os novos ciclos produtivos mais lucrativos e sem excedentes. São esses os espaços mencionados por Damiani (2004) que também podem ser concebidos de acordo com estratégia de acumulação capitalista, por mais que aparentem ter sido originados de erros no planejamento urbano. Por exemplo, alguém que passasse pela região do Brás até poucos anos atrás iria encontrar parte do entorno da estação de mesmo nome com galpões vazios em grandes terrenos. Ao se deparar com isso, a pessoa poderia inferir que com o passar do tempo, as antigas fábricas do século XX que ali ficavam foram “esquecidas” pelos responsáveis por planejar a cidade de serem incluídas nos processos de modernização paulistana, ficando quase como que “abandonadas”. Todavia, de acordo com Rufinoni (2009), Pádua (2011) e Fernandes (2012), as áreas do entorno da estação Brás foram muito valorizadas no passado, quando a indústria era o carro-forte da economia; com a perda de importância das indústrias, esses lugares passaram por um período de desvalorização; e, atualmente, encontram-se novamente

em processo de valorização - como demonstram os Mapas 2 e 3, nos quais construções fabris deram lugar a diversos empreendimentos, como condomínio de alto padrão *Piscine Station Resort*, da *Incorporadora Gamaro*⁶.

Parte do entorno da estação Brás de trem e metrô em São Paulo, SP



Mapas 2 e 3: Comparação entre 2002 e 2019 do entorno da estação Brás em SP.

Enquanto um tipo território guardado para ser usado apenas em emergências no e do ciclo de valorização do capital, estes territórios podem ser caracterizados por déficit social e urbanístico e a depender disso e da sua respectiva localização, podem surgir reservas urbanas ou territórios-reserva no caso de uma localização central nas cidades e pouco investimento econômico (ROBIRA, 2018). A propósito dessas afirmações, é importante ponderar que não é porque os territórios-reserva são úteis à produção capitalista que, necessariamente, eles serão benéficos para todos os setores envolvidos no ciclo produtivo -, basta ver quanto logra a população que participa da produção na condição de não-investidora, comparada aos investidores.

⁶ GAMARO: Piscine Station Resort. Piscine Station Resort. Disponível em: <https://gamaro.com.br/empreendimento/piscine-resort-1/>. Acesso em: 30 jan. 2020.

Os territórios-reserva são concebidos em meio ao contexto capitalista, logo, características próprias a este modo de produção também estarão presentes nos territórios-reserva - incluindo a desigualdade. Essa transmissão quase hereditária de características fundamentais do capitalismo em relação às suas formações espaciais mais recentes é importante na medida que auxilia no processo de depreensão da historicidade por detrás de cada uma delas. Neste caso, a historicidade dos territórios-reserva pode ser descrita a começar pela desvalorização de fragmentos do espaço urbano - que será responsável pela diminuição contínua de investimentos públicos e privados nessas áreas. É como se nesses fragmentos espaciais ocorresse uma fuga de capitais, que migram em direção às áreas mais valorizadas das cidades (SANTOS, 2006), ocasionando uma descontextualização desses fragmentos em relação ao momento recente do ciclo de produção capitalista e, assim, num esvaziamento de conteúdos materiais e imateriais dessas localidades (SANTOS, 2006).

A desvalorização induz ao esvaziamento da mesma forma que a recíproca também é verdadeira nesta situação específica. Porém, isto não significa que esses fragmentos nos centros urbanos caminham para ficarem completamente vazios ou em sua forma espacial “pura” (DAMIANI, 2004). O que se esvai no processo de formação de territórios-reserva são os elementos com atributos importantes à ciclos de valorização capitalista ultrapassados⁷. Movimento que perdura nessas áreas até que sejam re-acionadas por alguma crise no ciclo de valorização do capital por meio de “reformas urbanas” (ROBIRA, 2018, p. 17); formando uma espécie de “eixo valorização-desvalorização-valorização, decorrente da construção-obsolescência-reconstrução de infraestruturas espaciais para a circulação capitalista” (SANTOS, 2006, p. 113).

⁷ “Poder-se-ia falar de um grau zero do espaço, que se define pela tendência de neutralizar os conteúdos vivos da vida social, as qualidades sensíveis, as contradições, as diferenças. É um ‘espaço mostrado como espetáculo...., o espaço outorgado à circulação, o espaço desértico, ainda que no coração da cidade’. Trata-se de uma ‘coleção de lugares neutralizados’, tão neutros quanto possível, mas destinado a tal ou qual uso” (DAMIANI, 1999, p. 54 apud DAMIANI, 2004, P. 86).

Capítulo 2: Produzindo reservas espaciais

A formação dos territórios-reserva resulta de uma diversidade de processos que podem estar relacionados ao planejamento estratégico do espaço no capitalismo para realização do ciclo produtivo. Nesse sentido, o período de “vigência” de cada parte do processo *valorização-desvalorização-valorização*, apresentado acima, podem não ter sido determinado espontaneamente. E é justamente ao se adentrar nos meandros da discussão sobre a manutenção e a transição das fases do “eixo” desse movimento no território que a escolha do método de análise se mostra importante, mais uma vez. Ao examinarmos os territórios-reserva apenas a partir daquilo que é visível, pouco será depreendido sobre os reais significados que as formas e símbolos aparentam representar, correndo o risco de cometer erros de interpretação e realizando análises cheias do que Lefebvre (2000)⁸ denomina de telescopagem; uma espécie de ilusão na qual “a história parece e não é. A geometria é, embora não pareça” (DAMIANI, 2004, p. 82). Quanto à transição de uma “fase” a outra no processo *valorização-desvalorização-valorização*, dificilmente se conseguirá reconstruir essa “passagem” de uma para a outra olhando apenas as formas aparentes no espaço. “Essa concepção mais empírica, no limite, não foge de uma noção materialista mais precária: ‘em que só concebe o objeto, a realidade, o ato sensorial, sob a forma do objeto ou da percepção, mas não como atividade sensorial humana, como prática, não de modo subjetivo’”. (MARX e ENGELS, 1977, p. 118 apud DAMIANI, 2004, p. 84).

Dessa forma, com intuito de se aprofundar nos significados e sentidos desses processos espaciais, o método a ser utilizado precisa privilegiar a essência das coisas em detrimento de sua aparência; assim como não pode ocultar os processos históricos das coisas, pois há necessidade de se ir além da análise daquilo que é concreto/material no presente; esse método deve envolver, também, a possibilidade de exame de elementos que não se revelam imediatamente no plano do visível. No fim, a demanda é por um método que consiga dar cabo de explicar processos no e do espaço envolvendo elementos materiais e imateriais, considerando que ambos

⁸ LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. 4. Ed. Paris: Anthropos, 2000.

inscrevem suas respectivas histórias no espaço, no decorrer do tempo. Neste sentido, Damiani sintetiza bem esse conjunto de necessidades: “É preciso uma noção que coloque, francamente, os projetos sociais de produção, na sua historicidade. É preciso ir em direção a uma concepção da produção do espaço, que exija mais do que a lógica formal” (2004, p. 84).

Henri Lefebvre, por sua vez, contribui com essa discussão e tenta sanar essa carência metodológica propondo uma lógica diferente da “formal”. Na sua busca justamente por superar a lógica formal e desvendar aspectos da dialética espacial e suas contradições no capitalismo, o autor propõe a *lógica dialética*⁹, definindo-a como:

(...) a consciência da forma, do movimento interno do conteúdo. E é ‘o próprio conteúdo’, o movimento dialético que este tem em si, que o impele para frente, incluída a forma. A lógica dialética acrescenta, à antiga lógica, a captação das transições, dos desenvolvimentos, da ‘ligação interna e necessária’ das partes no todo. Ao mesmo tempo, mostra a ligação, sua necessidade, e ‘a origem imanente das diferenças’, ou seja, segundo Lênin, ‘a lógica interior objetiva’ do desenvolvimento e a ‘luta das diferenças polarizadas’. (LEFEBVRE, 1995, p. 21).

Sob tal enfoque, nos resta perguntar como seria possível a compreensão dos processos de valorização-desvalorização-revalorização dos territórios-reserva através da óptica da lógica dialética? Buscando responder à essa questão e, portanto, analisando os territórios-reserva dialeticamente, é importante considerar que, apesar dessas áreas corresponderem a apenas trechos ou pedaços do território das cidades que os abrigam, devemos considerá-los como participantes na construção dos significados desta totalidade que os comporta; como também considerar o movimento inverso, no qual traços dessa totalidade influenciam nas definições internas específicas de diversos fragmentos seus, incluindo os territórios-reserva. Apesar da cidade parecer a totalidade que abriga esses espaços mencionados e tantos outros territórios, em verdade, aqui, o que totalizante são os lugares sob hegemonia da

⁹ A partir da lógica dialética, pode-se compreender a transições da produção do espaço todo pela parte e vice-versa, no caso deste estudo, entender melhor a produção desigual do espaço em São Paulo, entendendo esta localidade enquanto expressão de um todo, seja na escala de região, país, continente ou mundo do qual faz parte.

economia capitalista – o ponto em comum entre todos os espaços que pertencem à cidade é a economia capitalista - presente, inclusive nos territórios-reserva.

Essa hegemonia econômica não se deu do dia para a noite, mas, sim, foi construída com o tempo em todos os espaços da cidade, por mais distintos que fossem (DAMIANI, 2004). Todavia, não é porque a economia capitalista conforma uma totalidade que seus efeitos serão “aplicados” ou “investidos” igualmente à todas as porções da cidade (SANTOS, 2006). A contradição a esse todo se encontra no fato de que quanto mais o capitalismo homogeneiza a cidade, orientando sua produção e reprodução espaciais, mais seu espaço se fragmenta. Sendo que, um mesmo espaço pode servir das mais diversas formas à valorização do capital ao longo de seus diferentes ciclos¹⁰.

Se por um lado, a economia totaliza a cidade, de outro, o espaço se mostra fragmentado e revela a desigualdade presente no processo geral de produção e reprodução espaciais na cidade. Isto, pois “apesar dos discursos e desejos de equilíbrio territorial, o processo de acumulação capitalista se produz, não só com base nas diferenças sociais e econômicas, mas por meio das diferenças territoriais” (ROBIRA, 2018, p. 09). A desigualdade não se restringe ao espaço, mas se expressa também de forma contundente na economia e na sociedade, sendo possível traçar correspondências entre esses três, por exemplo, quando determinados espaços e características espaciais passam a ser relacionados a determinados perfis econômicos e populacionais (classes sociais) - o que pode ocasionar no reforço da fragmentação e segregação espaciais. Nas palavras de Damiani:

(...) A cidade já não é uma totalidade. Totalizada pela economia, tomada ordem de negócio, especialmente os financeiros – o que equivale a dizer que são de difícil discernimento, envolvendo complexas relações e interesses, alguns subterrâneos -, a cidade se produz negativamente, produzindo um espaço fragmentado. Então, o par se define como fragmentação-unificação. (...). Os múltiplos espaços implicados no urbano, neutralizados, negados, são vividos numa seleção fragmentada de espaços, que produz, para todas as classes sociais, não a vida, mas a sobrevivência crassa ou ampliada,

¹⁰ “O mecanismo de valorização capitalista que passa pelo imobiliário conta com a disponibilização recorrente de espaços para investimentos que, por uma somatória de fatores como custos, rentabilidade e riscos, recai sempre sobre um território restrito dentro da cidade. Como se trata de um processo reiterado de liberação de espaço a cada nova rodada de investimentos, os mesmos territórios entram diversas vezes, com possibilidades, ordenações, funções e significados diferentes, nos mecanismos de valorização do imobiliário.” (SANTOS, 2006, p. 120).

respectivamente, para os proletários e as camadas aburguesadas (DAMIANI, 2004, p. 90-91).

Em nenhum dos casos, como já mencionado, as fragmentações ou divisões são feitas pela natureza e tampouco de maneira aleatória, mas, sim, são consequência de uma organização espacial que serve prioritariamente à realização do ciclo de valorização capitalista - com expectativa de um resultado final lucrativo e sem excedentes. Essa série de processos efetuados em diversas escalas no espaço-tempo não é simples. Para organizar toda a sociedade em torno da circulação de mercadorias foi necessário que uma instituição minimamente “legítima” diante da sociedade centralizasse essas operações e é aí que o Estado e suas instituições se encaixam na valorização de capital (SANTOS, 2006); sendo importante considerar as múltiplas formas pelas quais estes se apresentam “(...) os Estados não são os únicos agentes territoriais importantes. Não podem ser desconsideradas as agrupações de Estados [...] nem as entidades subestatais como os governos regionais [...] e as regiões metropolitanas.” (HARVEY, 2014, p. 83).

Em se tratando de uma instituição representativa de cada momento histórico, atualmente, o Estado funciona em prol dos objetivos de algumas frações da classe dominante no capitalismo, assim como Marx e Engels definem brevemente num famoso trecho do *Manifesto do Partido Comunista*: “O poder estatal moderno é apenas uma comissão que administra os negócios comuns do conjunto da classe burguesa.” (1998, p. 09). Os objetivos dessas classes, como já discutido no capítulo 1 de maneira simplificada, consistem em conseguir mais dinheiro ao final do ciclo produtivo do que a quantia inicialmente investida no início deste mesmo ciclo. O ciclo de valorização se completando de maneira ininterrupta e com rendimentos cada vez maiores estrutura um tipo de hegemonia e, assim, o Estado investe forças para que toda a sociedade, em todos os âmbitos possíveis, contribua para que este ciclo nunca se esgote.

A organização do espaço e do tempo se torna primordial para realização de ciclos ininterruptos e cada vez mais ampliados e é o Estado o agente que irá influenciar junto às suas ramificações esse processo, conduzido de acordo com a lógica formal - um tipo de lógica para organização do espaço-tempo diferente da lógica dialética também por privilegiar as formas em detrimento de seus conteúdos. Essa é

a expressão da circulação de mercadorias do ponto de vista dos capitalistas e da lógica formal "(M-D-M)"¹¹; compreendendo o mundo e seus acontecimentos de modo linear e ascendente (LEFEBVRE, 1975), privilegiando as formas [inclusive de organização do espaço] em detrimento dos conteúdos; e, também, fornecendo diferentes tipos de subsídios teóricos e práticos para a manutenção dos ideais capitalistas na sociedade - alimentando as relações sociais, o planejamento e as próprias produção e reprodução do espaço (DAMIANI, 2012).

As ações estatais para manter os territórios-reserva, segundo Robira (2018), estão habituadas a serem calcadas numa política de segurança pública do medo, que criminaliza e mantém as populações dessas localidades em condições precárias de vida (p. 19); uma situação quase como se esta população estivesse "guardando à força" um lugar para o mercado imobiliário. Dessa forma, é o poder público o ator que irá orquestrar a existência e manutenção dos territórios-reserva, dado que o Estado possui legitimidade e poder perante a população para intervir na cidade (diferente da classe capitalista - e é por isso que ela se utiliza do Estado para mexer e remexer no espaço em busca de uma configuração de cidade que lhes garanta mais lucro).

Isso é perpetuado conforme se criam limites e fronteiras para demarcar diferentes tipos de população numa cidade, no caso, elementos materiais ou imateriais para demarcar uma diferença de classe dentro do território urbano. Sendo possível, pelo ponto de vista capitalista, mudar essa condição de desvalorização dos territórios-reserva no momento em que esses são reincorporados aos processos de acumulação futuros, ganhando o status de "zonas de renovação urbana" (ROBIRA, 2018, p. 18). Nem que, para isso, seja necessário aniquilar toda "a sua história e conteúdos sociais anteriores" (SANTOS, 2006, p. 121).

¹¹ (Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria).

Capítulo 3: Considerações sobre os dados de mortalidade e uma possível relação com as reservas territoriais

3.1. O Universo dos dados

Pelo exposto, argumenta-se que a violência pode ser mobilizada como um fator fundamental à existência e manutenção dos territórios-reserva. O problema em trabalhar com este tema, de certa forma, está na dificuldade de registrar ou quantificar a violência, justamente por se tratar de um conceito amplo, ainda muito debatido, com diversas teorizações distintas entre as diferentes áreas do conhecimento e que pode se dar em inúmeras proporções e escalas. Mesmo com essa dificuldade, há índices e indicadores elaborados com a finalidade de buscar representar extratos da violência vivida na realidade, tais como os registros policiais de assaltos numa determinada região, ou as estatísticas da saúde sobre agressões domiciliares; no entanto, há um tipo específico de registro de violência que pode revelar traços significativos da realidade, estes seriam os dados de mortalidade.

A morte é uma consequência absoluta em comparação às demais consequências possíveis da violência. Ainda que haja dúvidas sobre o que é o oposto da morte - a vida e suas nuances -, quando se lê a notícia de que um latrocínio causou a morte de 3 pessoas, a morte aparece enquanto um “adjetivo” para o qual não há “meio-termo” - pelo menos de acordo com o que se convencionou necessário para essa afirmação, no caso, a Declaração de Óbito (CASTRO et al, 2003). A obrigatoriedade da apresentação deste documento, preenchido por um profissional da saúde, a fim de se comprovar o(s) óbito(s), garante um elevado status de confiabilidade aos dados de mortalidade, bem como os registros de suas causas e locais de ocorrência.

Ao trabalhar com dados de mortalidade, no geral, mal se imagina a quantidade de informações que as circunstâncias da “morte” das pessoas podem dizer a respeito de suas condições de vida individualmente e socialmente. Via de regra, os dados de mortalidade costumam ser “menos seletivos” que os dados das pesquisas realizadas

com a população “viva”, quando se pretende analisar um grupo de pessoas¹². Segundo definição de Peñaloza Fuentes:

Se entendermos a morte como a ausência ou perda da vida, essa perda poderia estar representando o fracasso ou a impossibilidade de enfrentar exitosamente a vida. Assim sendo, a mortalidade é associada à qualidade de vida como um indicador negativo desta, como uma representação extrema das condições adversas que rodeiam as pessoas (1990 apud KEINERT et al, 2002, p. 121).

Sabe-se, também, que todas as modalidades de violência não ocasionam necessariamente em mortes; por esse motivo, a análise da mortalidade neste trabalho foi feita a partir de dados de homicídios, o que nos permite afirmar que consideramos mortes decorrentes de violência (intencional ou não). Os lugares podem ter os mais heterogêneos tipos de violência que não ocasionam em mortes, entretanto, se qualquer um deles possuir altos registros de homicídio, significa que se trata de uma localidade violenta. Outra justificativa para a escolha em trabalhar com bancos de dados de homicídios se deu pelo fato desta causa de morte ter uma cobertura praticamente universal¹³ (BARROZO, 2014). Uma conjuntura que corrobora com a pertinência do recurso à morte violenta como indicador de que a área de estudo em questão – o centro da cidade de São Paulo – encontra-se dentro da capital mais populosa do país e, ao mesmo tempo, aquela com menores taxas de homicídio, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de 2019¹⁴. O que aumenta o rigor acerca da qualidade dos registros desse tipo violência nesse município, se comparado a outras capitais brasileiras.

¹² A título de exemplo, no Brasil há o caso do *Censo Demográfico*, organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que pelo menos até 2010 possuía registros escassos sobre a população “viva” que não residisse em domicílios fixos e/ou que se encontrasse em situação de rua – justamente aquelas que costumam ser mais vulneráveis geográfica, econômica e socialmente.

¹³ No Brasil, quando ocorre um homicídio, juridicamente, não basta a palavra de familiares ou conhecidos da vítima a respeito das causas do óbito. Isto é de responsabilidade de um especialista designado legalmente para isso, o médico-legista (LAURENTI; MELLO JORGE, 1987), que tem como papel: “(...) elaborar um laudo, (...) colocando na causa da morte, a conclusão de seu laudo necroscópico, (...) o tipo de violência que ocasionou a morte (...), se acidente de trabalho (...) e o local do acidente (...), além de dar uma descrição sumária do evento” (LAURENTI, MELLO JORGE, 1985, p. 89).

¹⁴ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (org.). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. 13. ed. São Paulo: Seepix D'lippi e Analítica Comunicação Corporativa, 2019. 218 p.

No âmbito da saúde pública, se convencionou classificar os homicídios enquanto mortes evitáveis¹⁵ e, nesse particular, com intuito de medir quanto tempo de vida uma determinada população estaria perdendo, em média, que se usou neste trabalho um indicador de mortalidade, denominado *Anos Potenciais de Vida Perdidos* (APVPs). De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SMS SP), este indicador “quantifica o número de anos de vida não vividos quando a morte ocorre abaixo de determinada idade^{16 17}. Logo, se há muitos APVPs pela causa de homicídios em uma determinada área, pode-se inferir que: (1) que há muitas mortes precoces entre a população jovem por violência; (2) ou que um elevado número de habitantes em idade média ou avançada daquela área tem morrido por violência; (3) ambas hipóteses anteriores juntas¹⁸.

3.2. A área de estudo

Em uma pesquisa de iniciação científica realizada entre 2016 e 2017¹⁹, foi aferido que durante o período de 2006 e 2014, havia um gradiente de anos potenciais de vida perdidos por homicídios no município de São Paulo. A cartografia apresentada nos resultados desse trabalho demonstrou de maneira nítida a existência de um gradiente no sentido centro-periferia, no qual quanto mais periférico fosse o distrito

¹⁵ “Evitabilidade ou mortes evitáveis: trata-se de um agravo ou situação, prevenível pela atuação dos serviços de saúde que incidem, provavelmente, quando o sistema de saúde não consegue atender as necessidades de saúde e seus fatores determinantes são frágeis a identificação e a intervenção acertada”. RUTSTEIN, David D. Et al. Measuring the quality of medical care: a clinical method. **New England Journal of Medicine**, v. 294, n. 11, p. 582-588, 1976.

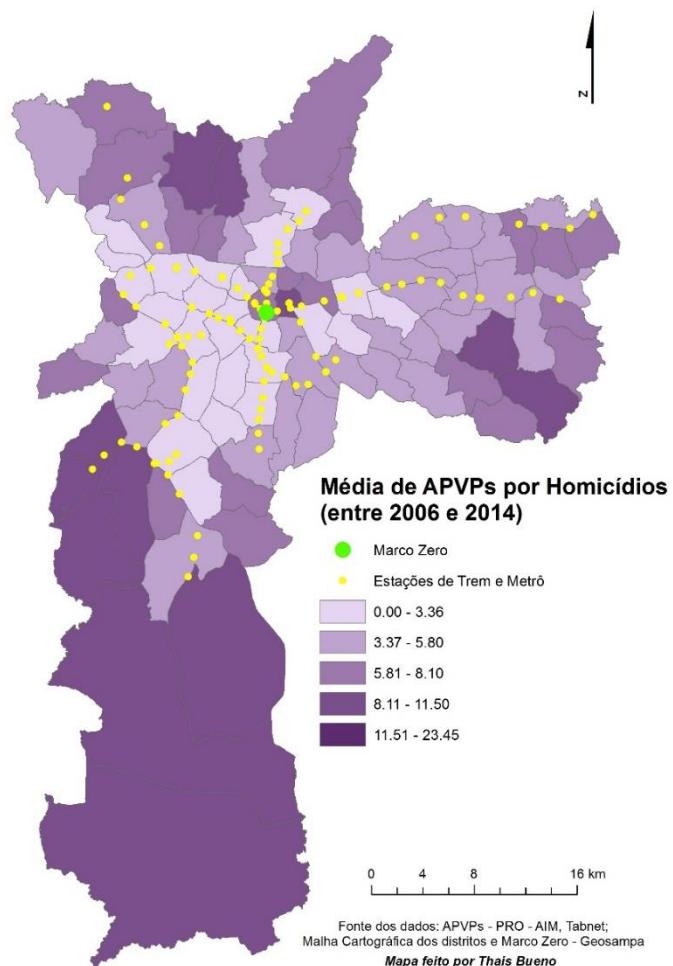
^{16 17} SAÚDE, Secretaria Municipal de. **Novas tabulações no Tabnet - Mortalidade: APVP e coeficiente de APVP (Anos Potenciais de Vida Perdidos)**. 2015. Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP). Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/epidemiologia_e_informacao/mortalidade/noticias/?p=188440. Acesso em: 02 fev. 2020.

¹⁷ No caso desta pesquisa, considerou-se 70 anos como a idade a ser atingida pela população, mesmo padrão utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde.

¹⁸ A elaboração deste indicador consistiu no seguinte método, demonstrado no exemplo: se uma pessoa vem a falecer com 40 anos, significa que a região no qual essa pessoa **residia** perdeu 30 anos em potencial de vida. Seguindo este padrão, somam-se todos os anos perdidos em decorrência de mortes abaixo dos 70 anos de residentes dessa região entre um determinado período de tempo; depois, divide-se este número bruto da soma de anos perdidos pela população viva da região; e, por fim, multiplica-se o valor obtido por mil, obtendo-se assim, o coeficiente de APVPs para determinada região num intervalo de tempo.

¹⁹ SILVA, Thais Rodrigues Bueno da. Saúde e Cidades: **Gradiente Espacial dos Anos Potenciais de Vida Perdidos no Município de São Paulo**. 2017. 45 f. Relatório Final de Iniciação Científica - Curso de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

administrativo em relação ao marco zero do município, maior a quantidade de anos potenciais de vida perdidos pela causa de homicídio em São Paulo (Mapa 4).

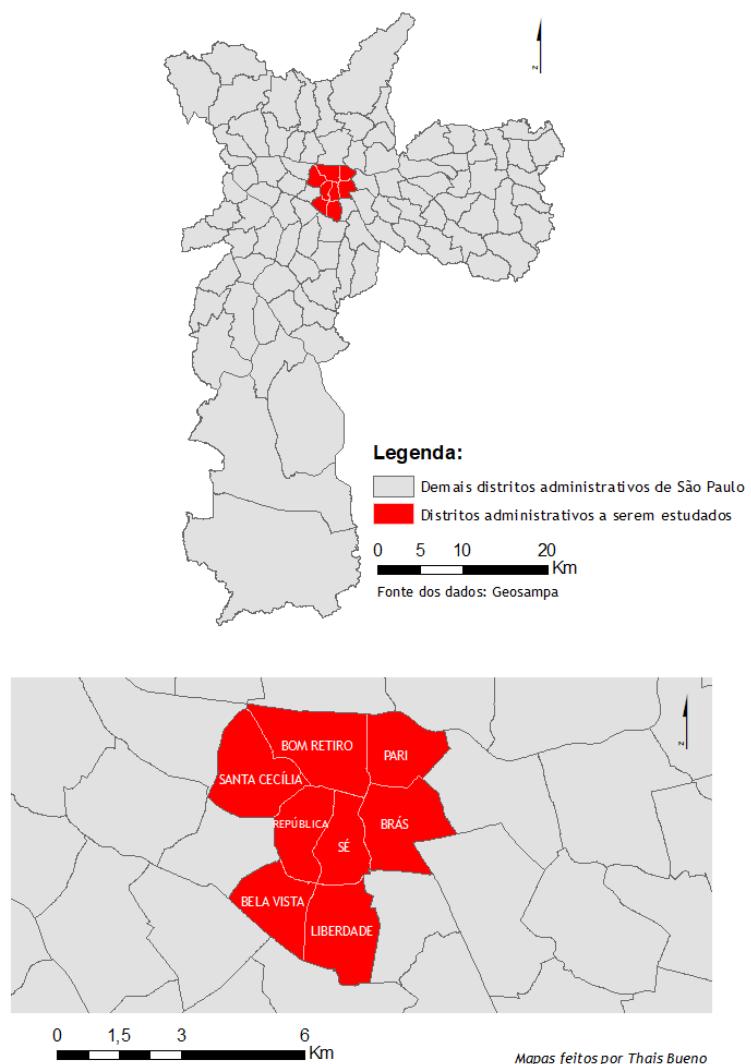


Mapa 4: Média do gradiente de APVPs por homicídios por distrito administrativo, em São Paulo, entre 2006 e 2014.

Ainda assim, uma exceção ao aparente padrão chamou atenção. Ao longo de todos os anos da série histórica 2006-2014 (Anexo I), os distritos administrativos mais próximos ao marco zero de São Paulo apresentaram taxas elevadas de APVPs, divergindo do aparente padrão de que quanto mais central fosse o distrito administrativo, menores seriam os índices de mortalidade dos APVPs por homicídios. Dessa forma, considerando que parte do intuito desse trabalho de pesquisa foi investigar se seria possível detectar a produção de territórios-reserva por meio da análise de dados de mortalidade de modo espacial (com mapas), algumas características dos territórios-reserva, descritas por Robira (2018), foram confrontadas com a realidade paulistana acabaram por fortalecer a hipótese sobre a possibilidade de haver espaços deste gênero no centro de São Paulo. Os territórios-reserva se

localizam em áreas centrais de grandes cidades e possuem a violência enquanto marca de seus processos de produção e reprodução espaciais (2018). Paralelamente a isso, em São Paulo, o que se observou no mapa 4 é que o centro da cidade possui uma quantidade elevada de APVPs por homicídio, indicando se tratar de uma localidade violenta em comparação à demais regiões da cidade - possibilitando estabelecer o começo de uma possível relação entre com o conceito de Robira e o centro de São Paulo. A partir disso, os distritos administrativos do centro paulistano que divergiram ao padrão de mortalidade identificado na iniciação científica, foram selecionados e passaram a delimitar uma possível área de estudo dentro deste município (Mapas 5 e 6).

Área de estudo no município de São Paulo, SP



Mapas 5 e 6: Área de estudo desenhada a partir do mapeamento dos APVP por homicídio nos Distritos Administrativos de São Paulo

Capítulo 4: Uma reserva territorial no centro de São Paulo?

4.1. A mobilidade da Cracolândia na hipótese da elaboração de territórios-reserva

É certo que a mortalidade é muito significativa para demonstrar o grau de violência presente nos lugares, contudo, nosso estudo não pode se limitar a examinar o quadro da situação que nos foi apresentada - os processos desencadeados por esta situação são os que mais importam à esta análise. Para avançarmos nesse sentido, seria importante observar com mais nitidez as condições de elaboração de verdadeiros territórios-reserva e onde eles poderiam ser forjados. Este objetivo fica mais próximo de ser atingido quando retomamos a análise do papel do Estado, considerando a grande influência desse ator na regulação dos processos internos à formulação de reservas territoriais, incluindo os níveis e tipos de violência existentes nesses lugares, bem como a gestão dessa violência por meio de um projeto de segurança.

Segundo Robira (2018), as Operações Urbanísticas têm sido a principal ferramenta usada pelo Estado para fazer os territórios-reserva saírem dessa condição explicitada em seu nome para se tornarem parte dos ciclos de valorização capitalista. O verdadeiro objetivo dessas operações é reativar áreas que permitam a realização do capital de maneira mais eficiente e rentável no espaço-tempo da cidade²⁰. No entanto, não é com essa justificativa que as operações urbanas são apresentadas à população. Os argumentos do Estado em prol dessas operações costumam justificar essas intervenções a partir das caracterizações de que os territórios-reserva são áreas “degradadas” e “desvalorizadas”, “já que, enquanto estão esperando os primeiros investimentos públicos, se convertem, precisamente pela falta de investimento – público ou privado – em espaços progressivamente deteriorados” (2018, p. 18):

Assim, sob argumentações de degradação do tecido sociourbano têm sido desenvolvidas operações urbanísticas público-privadas, como as

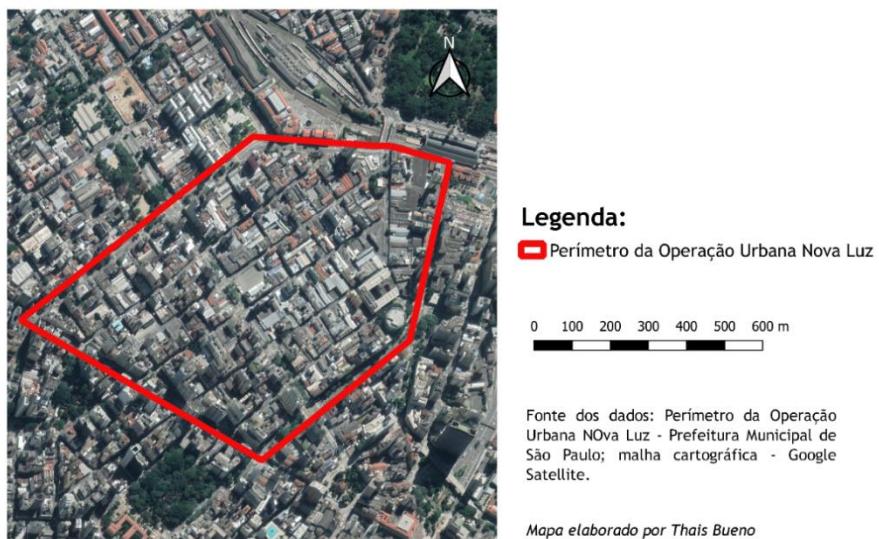
²⁰ “Estas zonas ficam como territórios-reserva que, da mesma forma que as reservas de petróleo, serão exploradas-reurbanizadas – no futuro, quando se apresente a oportunidade de produção de novas mais-valias” (ROBIRA, 2018, p. 13).

da Berrini em São Paulo ou da Diagonal-Mar em Barcelona, para criar áreas de alta centralidade, evitando notoriamente o problema que originou a intervenção urbanística; ou sob argumentos de desuso e degradação do tecido produtivo, tem-se reurbanizado antigas zonas industriais, como as áreas de Moema em São Paulo ou da Vila Olímpica em Barcelona, para acolher os espaços residenciais de alto padrão; também sob argumentos de insuficiência de infraestruturas com vias rápidas, aeroportos, estações ferroviárias... são realizadas grandes investimentos públicos para dar maior fluidez à mobilidade seletiva ou diferencial (ROBIRA, 2018, p. 12-13)

São diversas as operações urbanísticas realizadas em São Paulo e Barcelona, conforme menciona Robira. Processos de natureza política e econômica ligados à degradação espacial de locais que se tornariam alvo de supostas intervenções restauradoras. Em relação a São Paulo, mais especificamente na sua área central, há algumas operações urbanísticas, sobretudo exercidas pelo Estado, que iluminam a consideração de uma dinâmica envolvendo a elaboração e ativação de verdadeiros territórios-reserva nessas redondezas. A começar pela Operação Nova Luz (Mapa 7), lançada em 2011 pela Prefeitura Municipal de São Paulo, tendo como “estratégias de desenvolvimento”: “Potencializar atividades comerciais da área; atrair novas atividades econômicas (tecnologia, serviços); incorporar e potencializar atividades ligadas a cultura e entretenimento; ampliar o uso residencial; novos espaços e equipamentos públicos de qualidade; qualificação ambiental e urbanística da área”²¹. Pois bem, assumindo aqui que a operação Nova Luz representaria o instrumento de “reativação” de algum território reserva no centro de São Paulo, quais outras evidências poderiam sustentar essa hipótese?

²¹ SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura Municipal de São Paulo; Consórcio Nova Luz; SP-URBANISMO. **Projeto Nova Luz.** Projeto Urbanístico Consolidado. São Paulo: SMDU, set. 2011

Perímetro da Operação Urbana Nova Luz, em São Paulo, SP



Mapa 7: Perímetro da Operação Urbana Nova Luz.

Seguindo a ordem apresentada por Santos (2006) acerca das “fases” do processo de elaboração dos territórios-reserva que envolve o ciclo “valorização-desvalorização-valorização”, pode-se dizer que a Operação Nova Luz tem a função de valorizar novamente a região central de São Paulo, onde foi idealizada sua realização. A propósito dessa afirmação, torna-se importante considerar a possibilidade desta parte da cidade ter passado, anteriormente, por um período de desvalorização – característica que provavelmente ajudou a embasar os argumentos em favor de uma operação urbana na região, tal como a mencionada. O momento inicial do ciclo, muitas vezes, não se dá de maneira natural e tão pouco de forma pacífica, por isso, um território-reserva no centro de São Paulo precisaria ter como marca na sua história a violência.

E é exatamente ao se considerar a violência do Estado enquanto uma marca da conformação de reservas territoriais que pode se fazer uma associação à região conhecida como Cracolândia, no centro de São Paulo, sob a justificativa desse local estar sofrendo com operações policiais a mando do estado desde a década de 1990 – com operações apelidadas como “Limpa” (2005) e “Sufoco” (2012), sugerindo os possíveis objetivos e métodos das intervenções nessa localidade.

A Cracolândia, em si, é uma região difícil de ser definida pela diversidade de pessoas, objetos, construções e relações sociais que se estabeleceram nos seus

limites, bem como as mudanças pela qual essa localidade foi submetida pelas intervenções estatais nos últimos anos. Pelo nome, é possível deduzir que a droga popularmente conhecida como “crack” tem alguma relação com a região, no entanto, de acordo com Mariana Nasser (2017), a Cracolândia poderia ser descrita com diversas características para além do narcotráfico ou consumo de crack, conforme fez a autora a partir de seus estudos realizados sobre essa região entre 2014 e 2015:

Centenas de pessoas concentradas em um quarteirão, ocupando tanto as ruas quanto as calçadas. Algumas permanecem em constante movimento, outras estão sentadas, em pé ou deitadas, sozinhas ou em grupos. Fumam crack, conversam, cantam, improvisam danças, escutam músicas em rádios de pilha, enquanto outras estão envolvidas em vendas, trocas e negociações como em uma “feira do rolo” de itens diversos, entre pedras de crack, itens artesanais, roupas, materiais encontrados no lixo, fitas de videocassete. Ao redor, estão estacionadas algumas carroças de coleta de materiais recicláveis com cachorros deitados em cima e abaixo delas.

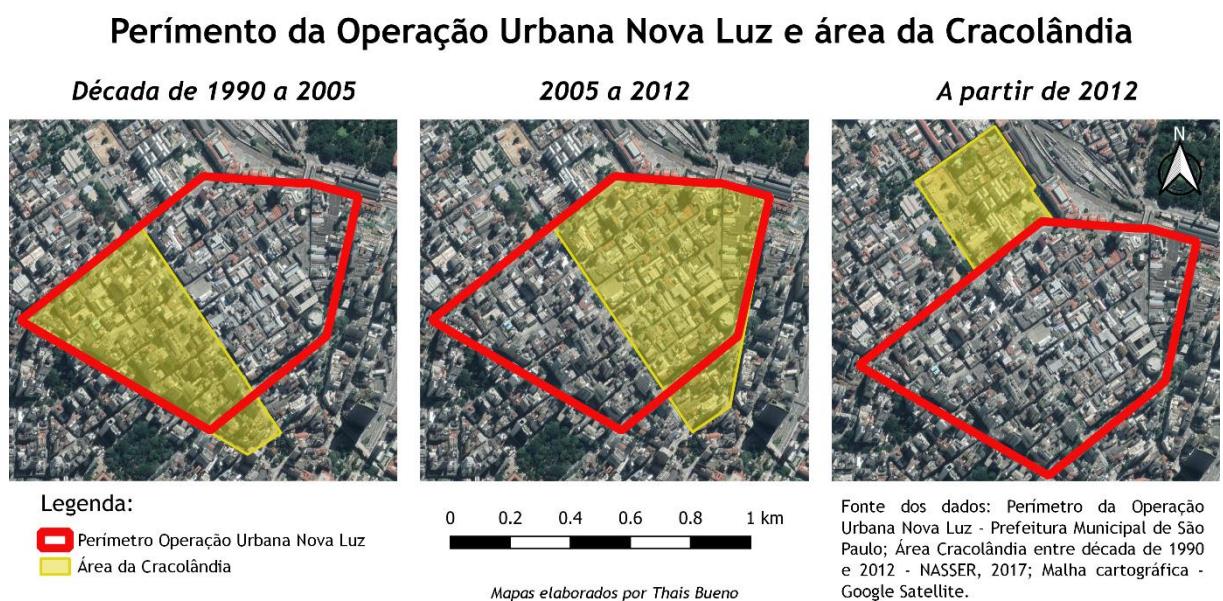
Trata-se do *fluxo*, como dizem ali, ou da Cracolândia, como dizem fora dali. É difícil descrever esse espaço tamanha a quantidade de situações e práticas que acontecem ao mesmo tempo, não sendo possível reduzi-lo ao consumo e venda de crack. (NASSER, 2017, p. 01).

Em seu artigo “Cracolândia como campo de gravitação – A gestão da circulação de pessoas com acesso precário à moradia”, de 2017, Nasser relata consequências das operações urbanas realizadas na Cracolândia, por exemplo em 2005, 2012, 2015 e 2017. Em geral, essas operações tinham intuito de retirar a população da Cracolândia do endereço (ou parte dele) onde essa se encontrava para concentrá-la ou espalhá-la em outros locais de São Paulo - não necessariamente fora do centro da cidade (Mapas 8 a 10). Foi recorrente a justificativa do Estado acerca dos níveis elevados de repressão empregados nessas operações de que tudo estava sendo feito de modo a combater à violência e às ilegalidades existentes na Cracolândia, em nome da implementação de maiores níveis de segurança à essa localidade – uma ação necessária para que todos pudessem voltar a usufruir da região em segurança, um “bem comum” à toda população²², amplamente difundido nos veículos de

²² (...) utiliza-se dos dispositivos legais e da força para, em nome do que se convencionou chamar de “utilidade pública”, promover a cidade como um negócio privado. Se não há mais atratividade para o capital no espaço produzido, cabe produzir e reproduzir constantemente novas infra-estruturas espaciais e uma nova configuração territorial urbana, a partir das quais um novo potencial de acumulação se apresenta (SANTOS, 2006, p. 117).

comunicação (Anexo II). Esse conjunto de ações foi aplicado de modo semelhante à descrição da “gestão pública do medo”, de Rosa Tello Robira, neste caso, tendo a figura do usuário de drogas ou “nóia” na Cracolândia como culpada por um processo no qual, em verdade, ela é vítima:

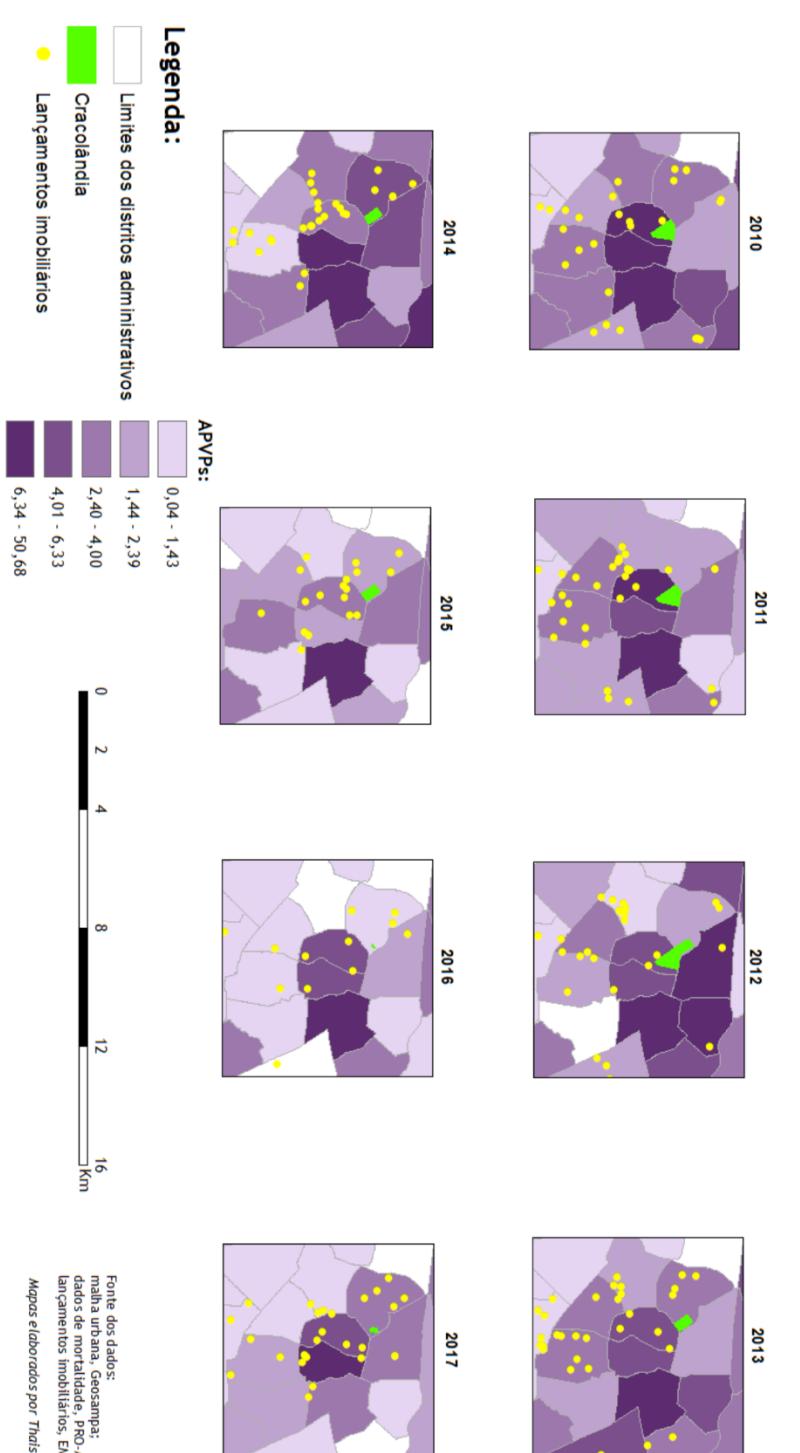
A manutenção de parte da população em condições de precariedade, criminalizada socialmente e guetizada urbanisticamente, permite alimentar facilmente aos cidadãos “normalizados” com medo e insegurança; estes sentimentos, por sua vez, constituem valiosos recursos econômicos e políticos para a produção e a gestão, respectivamente, da segurança. Em definitivo pode-se considerar que a miséria é, de alguma forma, um recurso básico que alimenta os circuitos dos capitais nacionais e internacionais relacionados com a produção da segurança que abrange a amplíssima variedade de setores econômicos: da indústria da construção, a eletrônica, o armamento, até dos seguros. Da mesma forma, a insegurança alimenta o discurso político em um duplo sentido: por um lado, o das promessas vãs de melhorar as condições de vida da população marginal – algo que atrai votos, no caso de ter o direito a votar – por outro, a garantia da segurança para o cidadão “normalizado”. Ambas as orientações do discurso constituem a base ideológica da criminalização indiscriminada dos habitantes de territórios-reserva e da gestão pública do medo (ROBIRA, 2018, p. 19)



Mapas 8 a 10: Localização da Cracolândia em relação ao perímetro da Operação Urbana Nova Luz, entre a década de 1990 e 2012.

O uso da força se deu para controlar onde se daria o “fluxo” da Cracolândia. “Trata-se de um modo de gestão da população em que o Estado define e limita onde as pessoas podem ou não permanecer de acordo com a conjuntura e interesses situacionais” (NASSER, 2017). Tal constatação nos ajuda a argumentar em favor da ideia de que tanto a formação da Cracolândia quanto sua mobilidade forçada poderiam estar implicadas na elaboração e ativação sucessivas de territórios-reserva em espaços contíguos. Pois descreve que o processo de desvalorização da região foi conduzido de maneira forçada, por meio de um plano estatal de gestão. Dessa forma, as etapas de “desvalorização” e “revalorização” estariam contempladas por essas explicações, restando, apenas, demonstrar como essa série de processos se deu no tempo-espacô. Para isso, vamos utilizar a representação cartográfica do centro de São Paulo entre 2006 e 2017, construída com os dados de mortalidade na modalidade de APVPs por homicídios como indicador de violência; a localização da Cracolândia de acordo com as intervenções policiais realizadas no período de estudo; e os endereços de lançamentos imobiliários para verificar se para além do investimento público através de operações urbanas, houve também mobilização investimentos privados na região estudada.

APVPs, lançamentos imobiliários e a localização da Cracolândia entre 2006 e 2017, no centro de São Paulo, SP



Mapas 11 a 22: APVPs, lançamentos imobiliários e a localização da Cracolândia entre 2006 e 2017 no centro de São Paulo, SP – Método de organização dos dados descrito no Anexo III.

Fonte dos dados: malha urbana, Geocamp; dados de mortalidade, PROSAIM; lançamentos imobiliários, EMBRAESR.
Mapas elaborados por Thais Bueno

Analisando os elementos dos mapas 11 a 22, individualmente, pode-se observar, em primeiro lugar, a suavização ou clareamento dos tons de roxo ao longo do tempo nos distritos da área central de São Paulo. Isto significa uma diminuição do número de anos potenciais de vida perdidos no intervalo de tempo estudado. Em segundo lugar, nota-se que a região da Cracolândia também apresenta um padrão de diminuição da sua área como saldo final dos anos de 2006 a 2017; isto, concomitante ao avanço dos lançamentos imobiliários cada vez mais ao centro em São Paulo, inclusive em endereços antes ocupados pela área da Cracolândia, conforme demonstram os mapas dos anos mais recentes.

Ao se buscar interpretar os elementos dos mapas de forma conjunta, num segundo momento, pode-se questionar se a diminuição da mortalidade, o aumento de lançamentos imobiliários, a mudança de endereço e diminuição da Cracolândia, dentro da área de estudo, podem ser relacionados de alguma maneira. Este estudo, sozinho, ainda é insuficiente para apontar se há ou não relação entre essas variáveis e, em caso positivo, qual ela seria. No entanto, algumas possibilidades podem ser elencadas, entre elas a de que a queda da mortalidade é consequência da ação de forças políticas e econômicas para valorizar determinada região, tornando-a atrativa para o mercado imobiliário (SMITH, 2007)²³.

Nesse sentido, mais algumas possibilidades e relações podem ser deduzidas. Ao se analisar cada um dos elementos representados na cartografia acima, observa-se (1) a diminuição da área da Cracolândia; (2) a diminuição da mortalidade de APVPs por homicídio no centro; (3) o avanço dos lançamentos imobiliários cada vez mais próximos à antiga região da Cracolândia, mais ao centro em São Paulo. Com base nessas afirmações, pode-se inferir que os mapas podem ter depreendido o movimento contrário ao esvaziamento dos espaços nos centros urbanos, o movimento no qual o espaço estaria sendo preenchido com elementos importantes ao ciclo de valorização capitalista. Em outras palavras, se, antes, a área da Cracolândia pôde ter ajudado a criar um território-reserva em decorrência de seu esvaziamento de conteúdos úteis aos ciclos de valorização capitalista, ocasionando em sua desvalorização; agora, o

²³ “Mas mesmo que ignoremos a renovação urbana e o redesenvolvimento comercial, administrativo e recreacional que vem ocorrendo e, concentremo-nos apenas na reabilitação residencial, é patente o fato de que, onde quer que os ‘pioneiros urbanos’ se aventurem, os bancos, as incorporadoras, o Estado e outros atores econômicos coletivos geralmente chegam antes.” (SMITH, 2007, p. 18).

que a diminuição das taxas de mortalidade e das áreas de “fluxo” poderiam estar indicando é o processo contrário, ou seja, de reativação ou revalorização do território-reserva; dedução reforçada pela localização dos lançamentos imobiliários e da Operação Urbana Nova Luz no centro, os quais evidenciam um recente interesse na região por parte do mercado imobiliário; como se essa região estivesse voltando a ser preenchida por elementos que foram produzidos prioritariamente para auxiliar na realização dos novos ciclos capitalistas (também) em São Paulo.

Capítulo 5: Considerações finais

Com base nas ideias apresentadas neste trabalho, pode-se afirmar que as projeções cartográficas desempenham um importante papel na medida que dão pistas a respeito da essência da realidade retratada. No entanto, a análise isolada, apenas dessas representações não é suficiente para se desvendar por inteiro à essência da realidade que se pretende analisar, dado que um dos riscos de fazer uma análise dessa forma é cometer equívocos, como a telescopagem (DAMIANI, 2004), quando as formas espaciais aparecam um sentido divergente à sua essência e, por isso, conduzem a uma interpretação equivocada da realidade.

A telescopagem costuma ser um problema quando se pretende estudar conteúdos relacionados ao espaço sob o modo de produção capitalista, por exemplo quando se deseja trabalhar com o conceito de território-reserva de Rosa Tello Robira (2018). Os territórios-reserva são regiões nos grandes centros urbanos, formados por consequência de um movimento de esvaziamento desse espaço; mais precisamente, esvaziamento de conteúdos que façam sentido para o ciclo de produção capitalista contemporâneo àquele momento. Isto faz dos territórios-reserva espécies de ilhas de desvalorização em meio aos demais lugares valorizados dos centros das cidades.

Por mais que os territórios-reserva pareçam um ponto fora da curva em meio aos centros urbanos, em verdade, sua existência pode ser planejada e fundamental

aos ciclos de valorização do capital. Em teoria, a fórmula de realização desses ciclos não possui “brechas” para as crises de acumulação que são vistas na realidade e, por esse motivo, quando essas crises ocorrem, busca-se modificar o espaço para que essa conta volte a ficar “perfeita” – com um único resultado possível -, o que idealmente seria a realização do capital de maneira ampliada a cada novo ciclo e sem sobras de qualquer excedente. Pois bem, os territórios-reserva são um dos recursos que podem ser acionados nas crises de acumulação. Isto significa que este lugar, até então com pouca utilidade aos atuais ciclos capitalistas, deve passar por uma intervenção que a reforme com aquilo que for mais útil para realização dos ciclos capitalistas, tornando-o uma verdadeira “zona de renovação urbana” (ROBIRA, 2018).

A maneira pela qual essa revalorização dos territórios-reserva será realizada condiz com o modo em que os demais processos nesses lugares costumam ocorrer: com violência. O próprio processo de criação e manutenção desses territórios desvalorizados em meio a centros valorizados se dá frequentemente pela força.

No caso das áreas mobilizadas neste estudo, com um conjunto de ações que obriga uma determinada população a permanecer nessas localidades, vivendo em terríveis condições de vida, quase como se estivesse “guardando” esse e assegurando que esta área permaneça desvalorizada até que seu uso se torne essencial ao ciclo capitalista.

O Estado é o condutor das intervenções nessas regiões e essas podem se dar de inúmeras formas, como operações policiais, operações urbanas, etc. O Estado justifica essas ações com argumentos fundamentados em estereótipos criados ao redor dos territórios-reserva e suas populações. Adjetivos como “degradados” e “deteriorados” são comuns de serem empregados na justificativa dessas intervenções, com objetivo de reincorporá-los aos ciclos capitalistas, realizadas a partir da legitimidade do Estado diante da população e sob o pretexto de que as operações nos territórios-reserva acarretarão em benefícios à toda população.

Foi no sentido de analisar se o ciclo “valorização-desvalorização-revalorização” pode estar ocorrendo no centro da cidade de São Paulo que este trabalho foi elaborado. Aqui, utilizando-se: (1) do histórico de intervenções urbanas, (2) dos Anos Potenciais de Vida Perdidos como indicador de violência, (3) e da geolocalização dos

lançamentos imobiliários, pode-se avistar a possibilidade da região conhecida como Cracolândia, no centro de São Paulo ter sido uma reserva territorial entre 2006 e 2017. Isto, pois, essa região teve sua história recente marcada por altos índices de mortalidade, inúmeras intervenções estatais com uso da violência policial que diminuíram a área “bruta” da Cracolândia que foi substituída por lançamentos imobiliários comerciais e residenciais de alto padrão - que representa um movimento de revalorização dessa região, conforme demonstra a cartografia apresentada nesta pesquisa.

Referências Bibliográficas

Bibliografia citada

ARAÚJO, M. R. M., OLIVEIRA, J. M., JESUS, M. S., SÁ, N. R., SANTOS, P. a. C., & LIMA, t. C. (2011). Transporte público coletivo: discutindo acessibilidade, mobilidade e qualidade de vida. **Psicologia & Sociedade**, 23(2), 574-582

BARROZO, Ligia Vizeu. Contribuições da cartografia aos estudos de geografia da saúde: investigando associações entre padrões espaciais. **Revista do Departamento de Geografia**, p. 413-425, 2014.

CASTRO, Mônica S Monteiro de; ASSUNÇÃO, Renato M; DURANTE, Marcelo Ottoni. **Comparação de dados sobre homicídios entre dois sistemas de informação**, Minas Gerais. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 168-176, abr. 2003.

DAMIANI, Amélia Luisa. A propósito do espaço e do urbano: algumas hipóteses. **Revista Cidades**, v. 1, n. 1, 2004.

DAMIANI, Amélia Luisa. (2012). Introdução à elementos da obra de Henri Lefebvre e a geografia. **Revista Do Departamento De Geografia**, 254-283.

FERNANDES, Bruno Ribeiro. **Transformações das estações ferroviárias com o advento da integração com a rede do metrô em São Paulo**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

HARVEY, David. **Novo imperialismo (O)**. Edições Loyola, 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Metodologia do Censo Demográfico de 2010: **Série Relatórios Metodológicos**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2016. 711 p.

KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. **Sistemas locais de informação: subsídios à formulação, gestão e avaliação de políticas públicas relativas à qualidade de vida nas cidades**. 2002.

LEFEBVRE, Henri. Cap. 4: “Lógica concreta (dialética) ”. In: **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LEFEBVRE, Henri. “Prefácio à segunda edição”. In: **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados USP, 1998 [1948]. 41 p.

PADUA, Rafael Faleiros de. **Produção e consumo do lugar: espaços de desindustrialização na reprodução da metrópole**. 2011. 2011. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ROBIRA, Rosa Tello. Áreas metropolitanas: espaços colonizados. **CARLOS, AFA; CARRERAS, C. Urbanização e mundialização. Estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, p. 9-20, 2005.

RUFINONI, Manoela Rossinetti; KÜHL, Beatriz Mugayar. Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural. 2009.

SANTOS, C. R. S. (2010). Territórios não-capitalistas e reprodução do capital: o papel de Rosa Luxemburgo. *Mercator-Revista de Geografia da UFC*, 9(18), 27-38.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP Espaço e Tempo**, n. 21, p. 15-31, 2007.

STEFANI, Celia Regina Baider. **O sistema ferroviário paulista: um estudo sobre a evolução do transporte de passageiros sobre trilhos**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

TAVARES, Jeferson Cristiano. **Pólos urbanos e eixos rodoviários no Estado de São Paulo**. 2015. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015.

Bibliografia consultada

- ARAÚJO, M. R. M., OLIVEIRA, J. M., JESUS, M. S., SÁ, N. R., SANTOS, P. a. C., & LIMA, t. C. (2011). **Transporte público coletivo: discutindo acessibilidade, mobilidade e qualidade de vida.** Psicologia & Sociedade, 23(2), 574-582.
- CASTRO, Mônica S Monteiro de; ASSUNÇÃO, Renato M; DURANTE, Marcelo Ottoni. **Comparação de dados sobre homicídios entre dois sistemas de informação,** Minas Gerais. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 168-176, abr. 2003
- CARLOS, A. F. A. **A cidade e a organização do espaço,** in Revista do Departamento de Geografia USP, São Paulo, n. 01. p. 115-111, 1982.
- CARLOS, A. F. A. (1996). **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Hucitec.
- CARLOS, A. F. A. (2006). “**Dinâmicas urbanas na metrópole de São Paulo”.** In: LEMOS, A. I.; ARROYO, M. e SILVEIRA, M. L. América Latina: cidade, campo e turismo. São Paulo, Clacso.
- CARLOS, A. F. A. A produção do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **A crise Urbana.** São Paulo: Contexto, 2015. p. 25-35
- DAMIANI, A. (2012). **Introdução a elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia.** Revista Do Departamento De Geografia, 254-283.
- FRÚGOLI JUNIOR, Heitor; CAVALCANTI, Mariana. Territorialidades da(s) cracolândia(s)em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Anuário Antropológico**, [s.l.], n., p.73-97, 31 dez. 2013.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.
- IGNÁCIO, S. Importância da Estatística para o Processo de Conhecimento e Tomada de Decisão. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, fev. 2012.

LAURENTI R, MELLO JORGE MHP. **O atestado de óbito.** 2^a ed. São Paulo: Centro Brasileiro de Classificação de Doenças; Parte 2: O atestado de óbito do ponto de vista ético e jurídico. Cap. 2.3.1: Mortes decorrentes de acidentes ou violências; p. 89-93); 1987.

LEFEBVRE, Henri. Cap. 4: “Lógica concreta (dialética) ”. In: Lógica formal, lógica dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LEFEBVRE, Henri. “Prefácio à segunda edição”. In: **Lógica formal, lógica dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Actuel Marx**, v. 18, 1995.

LUKÁCS, Georg - **História e Consciência de Classe**, trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MANDEL, Ernest. The laws of uneven development. **New Left Review**, v. 59, n. 1938, p. 38, 1970.

MARX, Karl. O processo de troca. In: **O Capital. Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital.** Vol. I, Torno I, São Paulo: Nova Cultura, p. 79-85.

MARX, Karl. O dinheiro ou a circulação de mercadoria. In: **O Capital. Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital.** Vol I. Torno I, São Paulo: Nova Cultura, p.86-120.

MARX, Karl. A mercadoria. In: **O Capital. Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital.** Vol. I, Torno I, São Paulo: Nova Cultura, p. 45-75.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica.** Annablume, 2003.

NASSER, Marina Mattar Soukef. Cracolândia como campo de gravitação. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 21, p.01-19, 22 dez. 2017. OpenEdition.

ROMEDER, JM; MCWHINNIE, J. R. **Potential years of life lost between ages 1 and 70: an indicator of premature mortality for health planning**. *International journal of epidemiology*, 1977, 6.2: 143-151.

SANTOS, C. R. S. (2006). Territórios não-capitalistas e reprodução do capital: o papel de Rosa Luxemburgo. *Mercator-Revista de Geografia da UFC*, 9(18), 27-38.

SINGER, Paul. “**Economia política da urbanização**”. São Paulo, Brasiliense, 1980. (Cap. 4, 5 e 6).

SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. In: CONGRESSO DOS AMERICANISTA EM ROMA, 11º, 1972, Roma. **Campo e Cidade no Contexto Latino-Americano**. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 93 - 144.

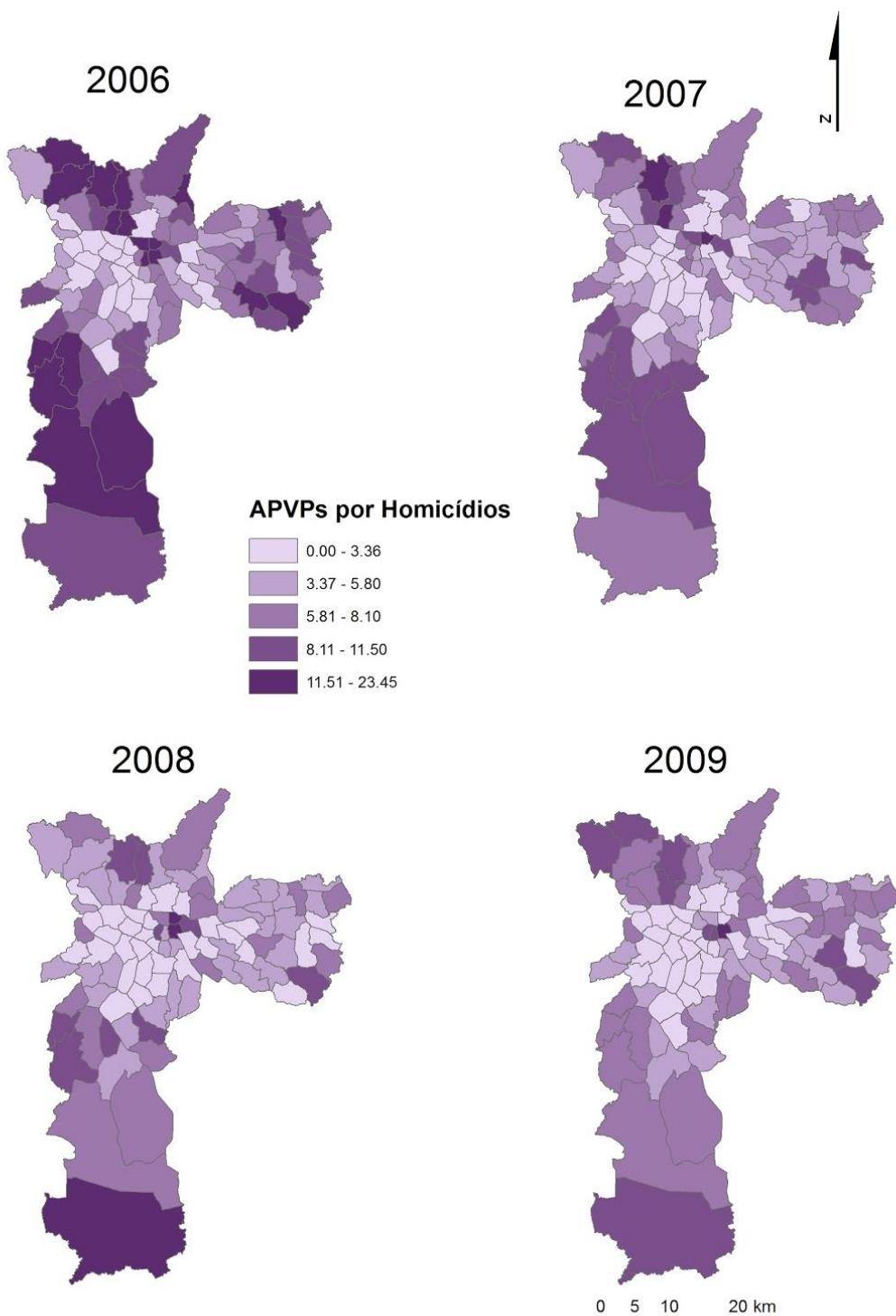
TAVARES, Jeferson Cristiano. **Polos urbanos e eixos rodoviários no Estado de São Paulo**. 2015. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015.

TAVARES, Jefferson Cristiano. Planejamento Regional no Estado de São Paulo: Polos, Eixos e a Região dos Vetores Produtivos. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 344-367, ago. 2018.

VILLAÇA, Flávio (2011) “**São Paulo: segregação urbana e desigualdade**”. Estudos Avançados. 2011, vol.25, n.71, p. 37-58.

Anexos

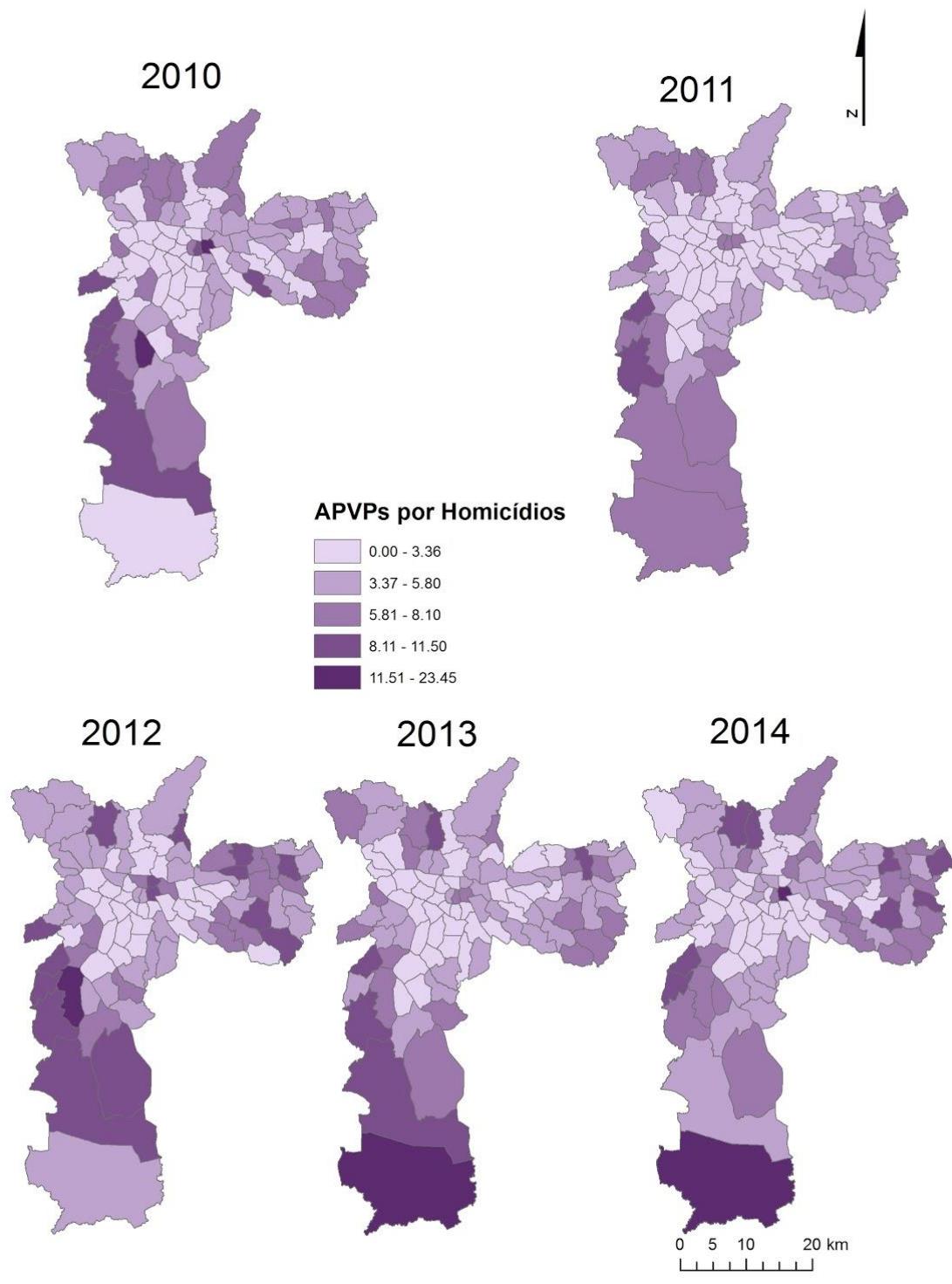
I. Cartografia Resultado da Iniciação Científica de SILVA, 2017.



Fonte dos dados: APVPs - PRO - AIM, Tabnet;
Malha Cartográfica dos distritos - Geosampa.

Mapa feito por Thais Bueno

Mapas 22 a 25: APVPs por homicídio em São Paulo entre 2006 e 2009.



Fonte dos dados: APVPs - PRO - AIM, Tabnet;
Malha Cartográfica dos distritos - Geosampa.

Mapa feito por Thais Bueno

Mapa 26 a 31: APVPs por homicídio em São Paulo entre 2010 e 2014.

II. Manchetes que exemplificam a violência presente nas intervenções realizadas na Cracolândia

CRACOLÂNDIA >

Conflito na cracolândia de São Paulo eleva apreensão à espera do plano de Doria

Novo prefeito tem suavizado declarações sobre problemática e diz que em 60 dias apresentará propostas para novo programa

Imagen 4: OLIVEIRA, André de; BEDINELLI, Talita. *Conflito na Cracolândia de São Paulo eleva apreensão à espera do plano de Doria.* *El País: Brasil.* São Paulo, 19 jan. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/18/politica/1484778277_988404.html. Acesso em: 20 jan. 2020.

Operação de limpeza termina em confronto entre policiais, guardas e usuários na Cracolândia

Bombas de gás lacrimogêneo foram usadas. Um caminhão-pipa teve o vidro da frente quebrado.
Não há informações sobre detidos ou feridos.

Imagen 5: G1: Globo. *Operação de limpeza termina em confronto entre policiais, guardas e usuários na Cracolândia.* G1: Globo. São Paulo, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/04/30/operacao-de-civil-para-limpeza-termina-em-confronto-entre-usuarios-policiais-militares-e-guardas-civis-na-cracolandia.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Policial é baleado e 6 pessoas são presas em operação na Cracolândia

PM usou bombas de gás lacrimogêneo contra usuários de drogas

Imagen 6: MELLO, Daniel. *Policial é baleado e 6 pessoas são presas em operação na Cracolândia.* Agência Brasil: EBC. São Paulo, 15 jan. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-01/policial-e-baleado-e-6-pessoas-sao-presas-em-operacao-na-cracolandia>. Acesso em: 20 jan. 2020

Região da cracolândia tem tumulto durante operação de limpeza

Segundo a Polícia Militar, usuários apedrejaram base da Guarda Civil Municipal

Imagen 7: Folha de São Paulo (org.). *Região da Cracolândia tem tumulto durante operação de limpeza.* Folha de São Paulo. São Paulo, 05 fev. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/regiao-da-cracolandia-tem-tumulto-durante-operacao-de-limpeza.shtml>. Acesso em: 05 fev. 2020.

III. Método da coleta e consolidação dos dados usados nos mapas 11 a 22 da pesquisa

Conforme descrito no projeto, para que esta investigação fosse realizada, foi fundamental o uso da cartografia para representar espacialmente no centro de São Paulo os dados referentes à mortalidade, aos lançamentos imobiliários e à localização da chamada *Cracolândia* - todos entre 2006 e 2017. Por meio dos mapas, pude começar a delinear as primeiras hipóteses de trabalho a respeito da possibilidade da *Cracolândia* poder ser considerada um “território de reserva” paulistano. Dessa forma, fica aqui o registro do passo a passo da construção dos mapas da pesquisa com objetivo de contribuir com eventuais trabalhos sobre este tema.

A informações de mortalidade, mais precisamente, dos Anos Potenciais de Vida Perdidos (APVPS) foram adquiridas do portal PRO-AIM da prefeitura de São Paulo, por meio da ferramenta Tabnet²⁴. O intervalo de todas as informações coletadas nesta fonte foi de 2006 a 2017. As modalidades de dados coletados foram: (1) os valores brutos de APVPs por 1000 habitantes pela causa homicídio; (2) os números brutos da população, por distrito administrativo.

Na posse destas duas informações, o coeficiente dos Anos Potenciais de Vida Perdidos foi calculado para cada distrito administrativo de São Paulo, para cada ano de interesse, com base nos autores Romeder e Mcwhinnie (1977). O cálculo consistiu em dividir o número bruto de APVPs pelo número de pessoas vivas abaixo de 70 anos em cada distrito administrativo e multiplicar o valor obtido por mil. Isto possibilitou a elaboração de mapas coropléticos²⁵ para representação dos APVPs por distrito administrativo em São Paulo. A comparação entre os mapas de diferentes anos só foi possível por estes possuírem o mesmo intervalo de classes por variável, na modalidade *quantil*²⁶.

²⁴ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **TabNet**. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/tabnet/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

²⁵ Mapas coropléticos utilizam a variável visual “valor” para expressar números relativos (taxas e porcentagens). A partir de uma escala monocromática, os valores mais baixos são associados à tonalidades mais claras, as quais ficam mais intensas à medida em que expressam valores mais altos.

²⁶ “Na classificação quantil, cada classe contém um número igual de feições (isto é, 10 por classe ou 20 por classe). Uma classificação Quantil é bem aplicada para dados distribuídos linearmente (uniformemente). É útil quando você deseja enfatizar a posição relativa de uma feição entre outras feições, por exemplo, mostrar que uma loja é a melhor de todas as lojas por vendas. A classificação Quantil atribui o mesmo número de valores dos dados para cada classe. Não há nenhuma classe vazia ou classes com poucos ou muitos valores.”

Os lançamentos imobiliários, entre 2006 e 2017, no centro de São Paulo foram adquiridos a partir do banco de dados da Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio (EMBRAESP). O procedimento para representação cartográfica dessas informações foi equalizar cada endereço do imóvel comercial ou residencial a um ponto no mapa, de acordo com ano de lançamento do empreendimento. A malha urbana de São Paulo, seus distritos administrativos e logradouros foi obtida na plataforma GeoSampa²⁷.

Quanto à localização da Cracolândia, foi usado como fonte o trabalho da pesquisadora Marina Mattar Soukef Nasser, no qual ela registrou e mapeou entre 1990 até 2015 a localização dos chamados “fluxos do crack”. O trabalho da autora teve como parâmetro as operações urbanas realizadas na região em relação aos seus frequentadores, no caso, a “Operação Limpa”, em 2005 e a “Operação Sufoco”, em 2012 (NASSER, 2017). Para os anos de 2016 e 2017, a Cracolândia foi delimitada nos mapas tendo como fonte os relatórios e notícias produzidos pela Rede Nossa São Paulo e por dossiês feito sob responsabilidade da Prefeitura de São Paulo sobre o perfil dos frequentadores da Cracolândia^{28 29}.

Pelo fato das feições serem agrupadas em números iguais em cada classe utilizando a classificação quantil, o mapa resultante normalmente pode ser enganoso. As feições semelhantes podem ser inseridas em classes adjacentes, ou feições com valores extensamente diferentes podem ser inseridas na mesma classe. Você pode minimizar esta distorção aumentando o número de classes. ARCGIS. **Métodos de Classificação.** Disponível em: <https://doc.arcgis.com/pt-br/maps-for-office/4.0/design-and-use/classification-methods.htm>. Acesso em: 23 nov. 2019.

²⁷ Prefeitura do Município de São Paulo. **GeoSampa.** Disponível em: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx. Acesso em: 13 dez. 2019.

²⁸ Prefeitura do Município de São Paulo. **Levantamento do perfil de Usuários de Drogas na Região da Cracolândia.** São Paulo, 2017. 27 p. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1685.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

²⁹ Prefeitura do Município de São Paulo. **Estudo sobre o perfil dos frequentadores da Cracolândia.** São Paulo: Terceira Onda (2017/02), 2017. 42 p. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/CRACOLANDIA\(1\).pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/CRACOLANDIA(1).pdf). Acesso em: 20 dez. 2020.